



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 078/079

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE JULHO DE 2008

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIOS

### **DIÁRIO Nº 078**

### **72ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 03**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 04**

**Expediente:**

Requerimentos ..... 04

Projetos de Lei ..... 04

**Pequeno Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri ..... 09

Dep. Durval Amaral ..... 11

Dep. Felipe Lucas ..... 15

Dep. Caíto Quintana ..... 15

**Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 10

Liderança do DEM

Dep. Durval Amaral ..... 12

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins ..... 16

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi ..... 16

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni ..... 17

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch ..... 19

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 21

Discussão/Votação

1ª Discussão (Preferência) ..... 22

Redação Final ..... 27

3ª Discussão ..... 27

2ª Discussão ..... 27

1ª Discussão ..... 27

Requerimentos ..... 32

**Encerramento da Sessão ..... 32**

**Publicações:**

Diretoria Geral

Portarias DAT ..... 33

Ata de Comissão

Especial de Reforma da

Constituição ..... 33

### **DIÁRIO Nº 079**

### **73ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 34**

**Presenças ..... 34**

**Abertura da Sessão ..... 34**

**Expediente:**

Requerimentos ..... 34

**Pequeno Expediente:**

Dep. Edgar Bueno ..... 35

Dep. Antonio Belinati ..... 35

**Ordem do Dia:**

Discussão/Votação

Redação Final ..... 37

3ª Discussão ..... 37

2ª Discussão ..... 37

1ª Discussão ..... 38

**Encerramento da Sessão ..... 39**

**Publicações:**

Diretoria Geral

Portarias ..... 40

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 078**

### **72ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva.....03**

**Presenças.....03**

**Abertura da Sessão .....04**

#### **Expediente:**

Requerimentos.....04

Projetos de Lei.....04

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri .....09

Dep. Durval Amaral .....11

Dep. Felipe Lucas.....15

Dep. Caíto Quintana .....15

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri .....10

Liderança do DEM

Dep. Durval Amaral.....12

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins .....16

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi..... 16

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni ..... 17

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch ..... 19

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 21

Discussão/Votação

1ª Discussão (Preferência)..... 22

Redação Final..... 27

3ª Discussão ..... 27

2ª Discussão ..... 27

1ª Discussão ..... 27

Requerimentos..... 32

**Encerramento da Sessão ..... 32**

#### **Publicações:**

Diretoria Geral

Portaria DAT..... 33

Ata de Comissão

Especial de Reforma da

Constituição ..... 33

### **DIÁRIO Nº 078**

### **72ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 72ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**02 DE JULHO DE 2008**

*(quarta-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Ênio Verri, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi. (42)

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Mauro Moraes e Plauto Miró, Ribas Carli Filho (09).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados: Dr. Batista e Ney Leprevost (03).

Verificada a existência de número legal, a Sra. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Requerimentos:***

#### **REQUERIMENTO Nº 1779**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 283/08, que concede título de Cidadã Honorária do Paraná à Dra. Ellen Gracie Northfleet - Ministra do Supremo Tribunal Federal - STF.

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### **REQUERIMENTO Nº 1785**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 856/07, item 06 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, Enio Verri e Pastor Edson Praczyk.

#### **REQUERIMENTO Nº 1780**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 02 do mês corrente, por motivo de reunião com Diretores de hospitais na condição de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) DUÍLIO GENARI

#### **REQUERIMENTO Nº 1782**

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais REQUER, seja cancelado, o Requerimento nº 1684/08, protocolado sob nº 5656/08, que reserva o plenário desta Casa de Leis, para o dia 12/09/08, às 10 h.

Outrossim, preserva-se a confecção do Diploma de Menção Honrosa ao homenageado:

SESCAP - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no estado do Paraná, pela passagem de seu 20º aniversário na data supramencionada.

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

#### **REQUERIMENTO Nº 1788**

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Vidal Coelho, solicitando do mesmo a recomendação aos Juízes das Varas de Execuções Penais para a adoção do método APAC para humanização no cumprimento das penas.

Cabe salientar que no estado de Minas Gerais é o próprio Tribunal de Justiça que coordena a implantação do novo método de cumprimento das penas, liderando as estatísticas de efetiva recuperação dos egressos do sistema prisional.

O método APAC, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, trabalha a recuperação do condenado e sua reinserção no convívio social. Parte-se da premissa de que, recuperando o infrator, protegida está a sociedade, prevenindo-se o surgimento de novas vítimas.

A ênfase da metodologia apaqueana está na valorização do indivíduo como ser integral, restaurando valores inerentes à personalidade humana, promovendo sua transformação e capacitando-o a conviver novamente, de forma harmoniosa e pacífica, em seu meio social.

O município de Pato Branco, com a participação da comunidade e a visão futurista do Juiz da Execução Penal, está vivendo essa nova forma de encarar o sistema prisional e o cumprimento da pena. Essa experiência pode e deve ser estendida a todas as VEPs do estado.

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) CIDA BORGHETTI

### ***Projetos de Lei***

#### **PROJETO DE LEI Nº 298/08**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Consientização e Reciclagem de Óleo de Frituras e Gorduras Diversas, mediante a adoção de medidas estratégicas

de controle técnico, para não se incidir na proibição de lançamento ou liberação de poluentes nas águas, no ar ou no solo, com as finalidades de:

- I - não acarretar prejuízo à rede de esgotos;
- II - evitar a poluição dos mananciais;
- III - informar a população quanto aos riscos ambientais causados pelo despejo de óleos e gorduras de origem animal ou vegetal na rede de esgoto e as vantagens múltiplas dos processos de reciclagem.

IV - incentivar a prática da reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso culinário, doméstico, comercial ou industrial, mediante suporte técnico, incentivo fiscal e concessão de linhas de crédito para pequenas empresas, que operem na área de coleta e reciclagem pertinentes;

V - favorecer a exploração econômica da reciclagem de óleos e gorduras de origem animal ou vegetal e de uso culinário, desde a coleta, transporte e revenda, até os processos industriais de transformação, de maneira a gerar empregos e renda a pequenas empresas.

§ 1º - Entende-se por Programa Estadual de Conscientização e Reciclagem de Óleo de Frituras e Gorduras diversas, para os fins desta lei, a otimização das ações governamentais e não-governamentais, buscando a participação do empresariado e das organizações sociais, com o objetivo maior de:

1 - conceder apoio estratégico e aprimorar a atividade econômica da reciclagem de matéria residual de gorduras de uso alimentar;

2 - buscar o cumprimento de metas de proteção ao meio ambiente, informação aos consumidores e conscientização da sociedade a respeito de: danos provenientes do descarte residual no meio ambiente; e das vantagens da prática de sua reutilização em escala industrial.

§ 2º - O programa de que trata esta lei, determinará e patrocinará estudos, desenvolvimento de projetos e outras medidas, voltadas ao atendimento das finalidades elencadas nos incisos deste artigo 1º, especialmente no tocante a seu suporte técnico e financeiro.

Art. 2º Constituem diretrizes do Programa:

I - discussão, desenvolvimento, adoção e execução de ações, projetos e programas, que atendam às finalidades desta lei, reconhecendo-as como fundamentais para o bom funcionamento da rede de esgotos, bem como da preservação dos mananciais;

II - busca e incentivo à cooperação dentre união, estados, municípios e organizações sociais;

III - estímulo à pequena empresa e ao cooperativismo;

IV - estabelecimento de projetos de reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso alimentar, e de proteção ao meio ambiente, enfocando, principalmente, os efeitos da poluição em decorrência do descarte residual de gorduras culinárias;

V - atuação no mercado, através de mecanismos tributários e de fiscalização, procurando incentivar-se as

práticas de coleta e reciclagem de óleos e gorduras de uso culinário, ampliando-as em larga escala;

VI - execução de medidas para evitar a poluição decorrente do descarte de óleos e gorduras de origem animal ou vegetal e uso culinário na rede de esgotos, exigindo-se da indústria e comércio a efetiva participação em projetos a serem desenvolvidos e executados para os fins desta lei;

VII - instalação e administração de postos de coleta;

VIII - manutenção permanente de fiscalização sobre indústria de alimentos, hotéis, restaurantes e similares, para os fins desta lei;

IX - promoção permanente de ações educativas, com vistas aos fins desta lei;

X - participação de consumidores e da sociedade, por seus representantes, nas discussões que antecederem o planejamento da implementação do programa;

XI - estímulo e apoio às iniciativas não-governamentais voltadas à reciclagem, bem como a outras ações ligadas às diretrizes de política ambiental de que trata esta lei;

XII - promoção de campanhas de conscientização da opinião pública, inclusive de usuários domésticos, visando a despertar a solidariedade e a união de esforços em prol dos objetivos desta lei;

XIII - realização freqüente de diagnósticos técnicos junto aos consumidores de óleo e demais gorduras de uso culinário, especialmente em escala comercial e industrial;

XIV - realização de campanhas educativas permanentes voltadas ao consumidor domiciliar;

Parágrafo Único. Todos os projetos e ações voltados ao cumprimento das diretrizes estabelecidas nos incisos anteriores serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade civil.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O óleo de cozinha usado e gordura, são substâncias que não se misturam com a água, podendo ser de origem animal ou vegetal, quando jogados diretamente ao ralo da pia ou no lixo, polui córregos, riachos, rios e o solo, além de danificar o encanamento das residências e prédios.

O óleo também prejudica a passagem de luz na água, retarda o crescimento vegetal e interfere no fluxo de água, além de impedir a transferência do oxigênio para a água, o que impede a vida nestes sistemas, provocando danos significativos ao meio ambiente.

Um litro de óleo de cozinha pode poluir cerca de 10.000 litros de água, mas algumas estimativas demonstram que um litro de óleo pode poluir até um milhão de litros de água (esta quantidade de água é aproximadamente o que uma pessoa consome em 14 anos).

A poluição pelo óleo faz encarecer o tratamento de água em até 45%, além de agravar o efeito estufa, uma vez que o contato da água poluída pelo óleo ao desembocar no mar gera uma reação química que libera gás metano, um componente muito mais agressivo que o gás carbônico.

Dessa forma, uma solução para prevenir e reduzir os prejuízos ao meio ambiente é a coleta e reciclagem do óleo, resultando esse processo em resina para tintas, sabão, detergente, glicerina, ração para animais e biodiesel.

O biodiesel é um biocombustível 100% renovável e alternativo ao diesel derivado do petróleo, além de evitar o lançamento dos óleos usados diretamente na natureza. É cerca de 80% o aproveitamento do óleo usado na conversão para biodiesel, ou seja, 1 litro de óleo pode resultar em aproximadamente 800 ml de biodiesel.

É importante salientar que o reaproveitamento do óleo de fritura, além de contribuir para reduzir a poluição, vai gerar empregos e renda, pois será necessária a instalação de empresas que realizem esse processo de reciclagem, ou a ampliação das já existentes.

Na prática, após implantado o Programa, a empresa responsável pela coleta de óleo de frituras, irá nos estabelecimentos que participarão do Programa, como hotel, lanchonete, restaurante, escola, hospital, condomínio e outros, deixa um recipiente e a cada 30 dias faz o recolhimento, sem qualquer custo para o fornecedor do óleo, encaminhando-o para o processo de industrialização.

Diante da importância do projeto de lei que ora apresentamos, para o meio ambiente, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 299/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação Famílias em Solidariedade de Curitiba - AFASO, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) STEPHANES JUNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Famílias em Solidariedade de Curitiba - AFASO é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para presta-

ção de serviços nas mais variadas atividades de caráter beneficente, promocional, profissionalizante, educativo cultural, esportivo e outras, para desenvolver integralmente a pessoa humana, resgatar a sua dignidade e conquistar a meta da auto-sustentação e, também conta com parcerias através de convênios com os órgãos governamentais, privados, Faculdades e outros.

#### Público alvo:

Crianças, adolescentes e respectivas famílias em situação de risco, pobreza e vulnerabilidade social, alcançando atualmente 200 crianças e adolescentes atendidas.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e para que o número de famílias atualmente atendidas seja, cada vez mais ampliado.

PROJETO DE LEI Nº 300/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigados os ocupantes de mandato eletivo que possuírem participação efetiva em veículos de comunicação a divulgar relatos de valores específicos recebidos, através dos PADVs - Pedidos de Autorização de Veiculação, da Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS.

Parágrafo Único. Entende-se por participação efetiva as pessoas responsáveis, os proprietários, repórteres, apresentadores, ou que possuírem qualquer tipo de vínculo com os veículos de comunicação.

Art. 2º Os PADVs devem ser divulgados em Diário Oficial do Estado.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) MARCELO RANGEL

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa transparecer a destinação de verbas oficiais às emissoras de rádio, TV, cujos proprietários, apresentadores, repórteres ou Diretores sejam Prefeitos, Vereadores, Deputados e Secretários de Estado ou dos municípios.

A Comunicação Social é item da ordem social fixada na Constituição, consubstanciando-se como direito público essencial e fundado seu exercício, pelos programas de rádio e televisão dentre outros, nos princípios da preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e no respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, através de campanhas direcionadas.

O uso do dinheiro público para divulgar as ações do Governo não deve ser utilizado como marketing político, contrariando os princípios da transparência e da ética.

A proposta apresentada busca extinguir, ou no mínimo diminuir a cooptação de políticos, e enfatizar a transparência, que deve existir, na propaganda oficial do Governo do Estado. Já que este, mediante agrados e benefícios aos determinados programas influenciam diretamente na opinião dos políticos, repórteres, proprietários, apresentadores e afins com os programas beneficiados.

Diante do exposto, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 301/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Reverendíssimo Lama Padma Samten.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Alfredo Aveline nasceu no dia 24/01/49, no Rio Grande do Sul. Foi professor do Departamento de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) de 1969 a 1994, com uma de dois anos e meio em que ficou afastado dessa função. Em 1982 tornou-se budista tibetano e em 1993 recebeu o nome de Padma Samten (Padma = lótus; Samten = estabilização meditativa). Três anos depois, em dezembro de 1969, foi ordenado lama do budismo tibetano.

Atua na sede do Centro de Estudos Budistas, no bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS (de onde navega pelo mundo via internet). O Lama também trabalha na sede Centro de Estudos Budistas de Caminho de Meio, instalada em 4,2 hectares de terra no município de Viamão, a 25 quilômetros do centro de Porto Alegre. Suas ações se espalham por todo Brasil em função da sua representatividade espiritual como Lama budista.

Antes de se dedicar ao budismo ele despertou para a questão ecológica e durante a ditadura militar participou da campanha contra o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Debateu com representantes do Governo e publicou vários textos alertando para o perigo da energia nuclear. Dedicou-se a fontes alternativas de energia e chegou a trabalhar no embrião do grupo de Energia Solar da UFRGS.

O Lama Padma Samten teve participação fundamental na organização de visita que Sua Santidade o Dalai Lama fez a Curitiba, em 1999, num evento que reuniu milhares de pessoas na Ópera de Arame.

Atualmente Lama Samten tem uma estrutura denominada Centro de Estudos Budistas Bodisatva (CEBB), estando presente em 22 cidades. O CEBB Curitiba (também denominado CEB Paramitta) é a mais antiga delas.

Algumas das principais contribuições de Lama Samten:

- Lançar bases e divulgar a Cultura de Paz, como uma solução completamente possível e acessível.

- Divulgar o Budismo Tibetano de forma tão clara e precisa, beneficiando e curando muitas pessoas. Sua forma bem humorada e com seus exemplos bem brasileiros são precursores do que no futuro provavelmente seja chamado o Budismo Brasileiro, a exemplo de outras culturas onde temos o Budismo Chinês, Japonês, etc.

- Estabelecer o diálogo com a sabedoria budista e diferentes áreas do conhecimento como Economia, Ecologia, Saúde, Educação entre outros.

Lama Padma Samten foi o primeiro brasileiro a ser ordenado Lama em linhagem Ningma. A cerimônia inédita no Brasil, foi conduzida por seu mestre, S.Ema. Chagdud Tulku Rinpoche em 1996. Atualmente o lama viaja por vários estados do Brasil e pelo interior do Rio Grande do Sul a convite de seus alunos, apresentando os ensinamentos tradicionais do budismo tibetano de forma acessível e inspiradora.

Lama Samten tem a habilidade de motivar as pessoas a orientar suas vidas cotidianas por valores espirituais e universais, resgatando o respeito pelo ser humano e a bondade, presentes no coração de todos aqueles que o ouvem. Tem dedicado todo seu tempo e energia não só a ensinar o budismo, mas também a trabalhar pela paz mundial, pelo diálogo inter-religioso e intercultural.

Lama Padma Samten foi o primeiro brasileiro a ser ordenado Lama na linhagem Ningma. A cerimônia, inédita no Brasil, foi conduzida por seu mestre, S.Ema. Chagdud Tulku Rinpoche em 1996. Atualmente o Lama viaja por vários estados do Brasil e pelo interior do Rio Grande do Sul a convite de seus alunos, apresentando os ensinamentos tradicionais do budismo tibetano de forma acessível e inspiradora. Lama Samten tem a habilidade de motivar as pessoas e orientar suas vidas cotidianas por valores espirituais e universais, resgatando o respeito pelo ser humano e a bondade presentes no coração de todos aqueles que o ouvem. Tem dedicado todo seu tempo e energia não só a ensinar o budismo, mas também a trabalhar pela paz mundial, pelo diálogo inter-religioso e intercultural. E no movimento pacifista e é membro fundador do Comitê Brasileiro de Apoio ao Tibet e da Teia da Paz, como professor conferencista tem oferecido ensinamentos sobre a cognição budista e seus paralelos com a ciência. Seus ensinamentos foram parcialmente publicados em forma de livros com os títulos: Meditando a Vida e Jóia dos Desejos. O Lama e o Economista e Ensinamentos de Bolso: Relações e Conflitos e Mandala de Lótus, e as revistas Bodisatva.

PROJETO DE LEI Nº 302/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Educação do Paraná, autorizado a implantar o programa Rádio na Escola em Rede, junto as escolas estaduais, de forma integrada entre a direção da escola, grêmios estudantis e entidades interessadas.

Art. 2º O programa doravante denominado “Rádio na Escola em Rede”, deverá trabalhar aspectos culturais e educacionais, e terá como objetivo:

I - Estimular e desenvolver a criatividade comunicativa.

II - Valorizar o trabalho em grupo, tornando os alunos capazes de ação crítica e cooperativa para a construção do conhecimento.

III - Construir conhecimentos, explorar potencialidades pedagógicas para a difusão de conteúdos nas áreas de ensino de códigos, linguagens, ciências humanas, sociais e exatas.

IV - Formar a juventude, com habilidade para o exercício da cidadania.

V - Incentivar a pesquisa e coleta de informações para produzir seus conhecimentos.

VI - Criar o hábito de leituras e jornais, como fonte de informação e pesquisa.

VII - Fazer circular a informação entre as escolas e comunidade escolar, possibilitando troca de experiências positivas em termos de ensino e exercício da cidadania.

VIII - Promover a educação ambiental e incentivar campanhas para implementar os objetivos do milênio.

IX - Combater a violência e favorecer uma cultura da paz, construindo a democracia, o desenvolvimento sustentável, o respeito e o exercício a convivência com os direitos humanos, a prática ao diálogo e a diversidade.

X - Irradiar os princípios da Economia Solidária.

Art. 3º Este projeto propõe criar uma rede solidária de Rádios Escolares e para que este objetivo se construa é necessário:

a) Criar um link através do site da Secretaria Estadual da Educação.

b) A criação de uma Rede de microrrádios, que têm compromisso com a comunicação cidadã.

c) Gerar pesquisas, a fim de avaliar os programas e orientar suas células (rádios escolares de determinada escola), este material deve ser entregue sem custo as rádios solicitantes.

d) Criar oficinas para comunicadores escolares, que poderão ser ministradas na Rede.

Art. 4º A Secretaria Estadual de Educação poderá contar com a colaboração das IES - Instituições de Ensino Superior, que possuam curso de jornalismo ou

curso na área de Comunicação, a fim de oferecer oficinas e realizar projetos de capacitação de comunidades populares, técnicas de radiojornalismo, locução, discussões sobre a ética na comunicação, operação de áudio, sonoplastia.

Art. 5º Para a consecução dos objetivos de produzir, capacitar, assessorar e realizar pesquisa radiofônica visando a democratização da comunicação, o estado do Paraná poderá celebrar parcerias com municípios, organizações não-governamentais e empresas privadas, mediante instrumentos específicos previstos na legislação vigente, sempre com o propósito de democratizar as ondas do ar.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações financeiras próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário, devendo as previsões futuras destinar recursos específicos ao seu fiel cumprimento.

Art. 7º A matéria deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo, que traçará os objetivos desta lei e a sua divulgação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora submetemos ao crivo de nossos Pares visa autorizar o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, a implantar nas escolas da rede estadual de ensino o Programa Rádio Escola em Rede, o qual procurará abordar aspectos culturais e educacionais, voltados para a interdisciplinaridade, procurando trabalhar todas as áreas de ensino - códigos, linguagens, ciências exatas, humanas e sociais.

O conceito de Educomunicação designa todos os esforços realizados pela sociedade no sentido aproximar os campos da Cultura, Comunicação e Educação. Recentes pesquisas do NCE - Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP constataam que a Educomunicação designa, efetivamente, um campo emergente de prática social, com referenciais teórico e metodológicos próprios.

Trata-se de um campo que nasce na sociedade civil, consolidando-se ao longo dos anos 70 a 80, especialmente na prática das organizações não governamentais que passaram a usar os processos e os meios de comunicação para consolidar seus projetos no campos da cidadania.

Já nos anos 90, são os próprios meios de comunicação que começam a adotar práticas educacionais, ampliando os serviços educativos através das emissoras de rádio e TV, assim como através da nascente internet. Multiplicam-se também as emissoras comunitárias de rádio e de televisão, muitas delas com intensa atividade na área educacional.



No final da década de 90 (precisamente em novembro de 1999, durante o Fórum sobre Media e Educação), algumas organizações como a Federação Nacional de Jornalistas, a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Ayrton Senna e o Projeto Cidade Aprendiz, entre outras, e o próprio Ministério da Educação passaram a reconhecer o conceito de Educomunicação, entendendo-o como um campo emergente de intervenção social e de prática profissional. Para tanto, os participantes do Fórum tomaram como base às pesquisas do NCE-ECA/USP.

A Educomunicação se desenvolve através de áreas específicas de atividade, entre as quais, educação para a recepção críticas dos meios de comunicação, a mediação tecnológica em espaços educativos, a expressão comunicativa através das artes e gestão da comunicação em espaços educativos.

O Programa proposto apresenta-se como uma aplicação do conceito de Educomunicação através de ações nas quatro áreas descritas.

Seus objetivos são, dentre outros: combater a violência e favorecer uma cultura de paz num determinado ecossistema educativo; promover a educação ambiental na escola de forma interdisciplinar, promover a interação entre discentes; favorecer a convivência e trabalho em grupo, baseado no princípio da co-gestão que propõe o respeito às diferenças, aos níveis de conhecimento e ritmos de aprendizagem de cada integrante da equipe: desenvolver a criatividade e responsabilidade dos alunos da rede pública de ensino; explorar potencialidades pedagógicas da rádio para difusão de conteúdos escolares; contribuir para a formação do jovem e o estimular o exercício da cidadania.

O projeto privilegia, neste contexto, o emprego da linguagem radiofônica através da introdução de um laboratório de rádio em cada escola. Assim, objetiva o desenvolvimento de práticas pedagógicas solidárias e colaborativas que permitam à comunidade escolar dar respostas construtivas aos problemas da convivência diária, além de propiciar uma melhora na compreensão e na aprendizagem das várias linguagens próprias da sociedade da informação, conforme recomendam a LDB e os parâmetros curriculares para o ensino fundamental.

#### **Do Projeto**

Descabe a impugnação de toda e qualquer lei dita autorizativa, em geral, sob a análise de sua constitucionalidade e juridicidade.

As leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias têm apoio doutrinário, jurídico e legal, encontrando confirmação jurisprudencial quanto à sua essência, à sua formação, motivo pelo qual se recomenda a sua admissibilidade.

Quando à natureza jurídica do projeto de lei autorizativa, trata-se de projeto de lei como qualquer outro, com a peculiaridade de ser autorizativo e não imposto. Positivamente, todo e qualquer projeto de lei autorizativo tem por escopo conceder autorização ao Poder Executivo para exercer a competência que lhe é própria e privativa, sem contradição, em face dos motivos já expostos.

Obviamente, esse tipo de lei é possível de sanção. Nada exclui de sanção nem de veto. Quanto à possibilidade de arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, e pelos motivos expostos, esse tipo de lei não é passível de semelhante arguição. Pelos fundamentos já enunciados, não há, em princípio, vício de iniciativa. Cumpre, entretanto, observar que o Supremo Tribunal Federal em Súmula nº 5, asseverando que a sanção do projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo.

O efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência. Os Poderes são autônomos, porém harmônicos, o que permite procedimentos conjugados.

Na convicção de que essa iniciativa se constitui em oportuno e conveniente aperfeiçoamento da sistematicidade jurídica em vigor, espero poder contar com o valioso apoio dos nobres Pares, em proporcionar aos estudantes do Paraná, mais um meio de aprendizado.

Pelos motivos expostos Sr. Presidente, aguardo pela aprovação do presente projeto de lei pelo Plenário desta Casa.

### ***Pequeno Expediente:***

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passo ao Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje, certamente há uma expectativa de todos que fizéssemos algum comentário a respeito do lançamento, Deputada Luciana Rafagnin e os demais Deputados que estiveram, do lançamento do Plano Safra Empresarial, o Plano Safra que foi feito pelo Presidente Lula agora na parte da manhã.

Mas eu abri os jornais hoje e me deparei com uma informação, e gostaria de comentar, que é a respeito de uma investigação que está sendo feita aqui na Assembleia Legislativa, sobre alguns Deputados que estariam ou teriam tido uma conduta que está sendo investigada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal e que, segundo a Gazeta do Povo, seriam 74 Deputados que estariam nessas condições.

O que me chamou a atenção é que hoje, nos jornais, está inclusive escrito que nenhum dos Deputados quis comentar o assunto. Obviamente que eu não falo pelos demais Deputados, mas em nenhum momento o Deputado Praczyk, eu sei que também não foi, porque estava comigo ontem à tarde, não foram, pelo menos alguns Deputados não foram procurados para comentar a respeito.

Eu tenho dito, falei ontem com algumas pessoas aqui, tenho dito que se há alguma coisa a ser investigada, Deputado Rossoni, na Assembléia, deve ser feita. Acho que não há motivo nenhum para que a Assembléia seja uma redoma de vidro e o espaço de uma clausura, onde as pessoas estão, de alguma forma, blindadas, sejam eles Deputados, Deputadas ou não, e que não podem ser investigados pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal. Acho que se há qualquer tipo de ato que foi cometido agora, ou em passado recente, que deva ser investigado, acho que devemos fazer o maior empenho para que essa investigação exista, ocorra de fato e que chegue a uma conclusão, Deputada Luciana Rafagnin.

Eu até pediria à Deputada Cida Borghetti, que hoje preside a Sessão, mas eu pediria ao Presidente, acho que o Presidente Nelson Justus que tem, reiteradas vezes, buscado trazer alguns mecanismos e alguns equipamentos para que possamos ter mais transparência na Assembléia, eu diria que talvez esse seja o melhor momento para fazermos um debate e votarmos uma regulamentação que propusermos, aliás, uma lei regulamentando o artigo 234 da Constituição Estadual. Obviamente que é pouco. É pouco, porque o artigo 234 prevê apenas a relação anual de todos os servidores, quais os seus salários, onde estão lotados e a qual gabinete ou qual o setor - no caso da Assembléia e obviamente que isso se estende também ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público - a que serve.

Mas, me parece que é o momento oportuno, Deputado Jonas, porque não podemos, sob qualquer desculpa, deixar de fazer um debate que tenhamos a primazia da transparência.

Acho que a sociedade hoje não admite mais que determinadas situações não sejam respondidas a contento. Da mesma forma todos os Deputados aqui estão sendo - e eu fui hoje na parte da manhã também - todos os Deputados estão sendo citados, por conta de uma ação popular impetrada por um Vereador do município vizinho, do município de Colombo, que diz respeito ao projeto que foi aprovado e que prevê previdência complementar, aposentadoria complementar dos Deputados Estaduais, que hoje está, inclusive, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, o Ministro Barbosa ainda não se pronunciou no STF, mas que todos estão recebendo.

E eu falei, hoje de manhã, com o Oficial de Justiça que foi fazer a citação, que eu fico bastante satisfeito de ter sido citado, porque quero particularmente fazer a defesa nossa, de uma forma individualizada. Por que eu digo individualizada? Porque entendo que quando votamos o projeto da aposentadoria dos Deputados aqui, no dia 20 de dezembro de 2006, eu me manifestei contrário e votei contra, na sequência, no dia seguinte, depois votamos a favor do veto do Governador Requião. Isso porque desde aquela ocasião venho insistindo que o projeto, a partir do momento que o aporte de recursos públicos da Assembléia Legislativa para fazer o seu principal lastro, o seu fundo,

ele se torna absolutamente inconstitucional. Foi esse entendimento que teve o Governador Requião, tanto que vetou o projeto. O veto foi derrubado aqui na Assembléia Legislativa e agora o STF deverá se manifestar, nas próximas semanas, nos próximos meses, no próximo ano. Eu não tenho dúvidas, Sra. Presidente, que a manifestação do STF será no sentido de inconstitucionalidade.

Nós, desde o início, temos insistindo que ações como essa da aposentadoria, ações como essas que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal têm desenvolvido e hoje se fala que algumas delas estariam suspensas inclusive no Tribunal da 4ª Região Federal, são ações absolutamente normais, absolutamente aceitáveis, compreensíveis, e eu diria mais, desejáveis, porque na medida que não tivermos mais nenhuma dúvida sobre os funcionários, sobre os salários, sobre como são pagas as aposentadorias dentro da Assembléia, dentro do Tribunal de Contas, dentro do Ministério Público, dentro do Poder Judiciário e do Poder Executivo, a sociedade de forma geral, as pessoas estarão mais tranquilas para saber como estão sendo aplicados os recursos que, direta ou indiretamente, acabam sendo aportados aqui na Assembléia, via orçamento, que são recursos públicos.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Dito isso, Sra. Presidente, passo a fazer uso do Horário da Liderança, primeiro registrando que a Deputada Luciana Rafagnin hoje realizou uma Audiência Pública, V. Exa. teve a deferência de presidir esta Audiência, claro que com muito mais conhecimento do que eu V. Exa. poderá falar, mas me parece que hoje de manhã se levantou um tema extremamente oportuno, que é sobre as relações dentro dos presídios, não só dos presídios paranaenses, mas dos presídios em nível nacional, que é a humanização do sistema prisional.

O sistema prisional paranaense tem uma situação bastante interessante, para não dizer trágica. Nós, numa população de cerca de 10 milhões de habitantes, temos hoje em torno de 28 mil, 27 mil detentos, entre pessoas que estão nos presídios, nas delegacias, nas penitenciárias. Minas Gerais, que tem o dobro do número de habitantes que tem o Paraná, tem 35 mil pessoas encarceradas. Ou seja, há uma desproporção no número de pessoas que estão hoje nos presídios do Paraná.

A APAC, que é esta Associação que está buscando fazer esse debate dentro do sistema prisional, fez esta Audiência Pública hoje, na parte da manhã, e tem por objetivo não só fazer a parte de humanização, mas também temos condições objetivas de sabermos quem deve e quem não deve ficar nos presídios e quais as condições que as pessoas têm nesses presídios. Hoje sabemos que as delegacias estão abarrotadas, os presídios, muitos deles, em que pese estarmos inaugurando novos presídios no estado do Paraná, estar criando novos presídios, mas sabemos que estes presídios em pouco tempo se tornam superlotados.

O que precisamos ter, no meu entendimento, no estado do Paraná, é uma discussão urgente sobre a Defensoria Pública no Estado do Paraná. É um absurdo que o estado do Paraná ainda continue sendo um dos poucos, se não o único estado da federação, a não ter a Defensoria Pública. Não é possível que tenhamos dezenas, centenas de pessoas que muitas vezes já passaram pelo processo de julgamento, já tiveram as suas penas, já cumpriram as suas penas, e continuam dentro dos espaços prisionais, por não terem, um advogado que possa fazer os procedimentos legais para que essas pessoas seja libertada.

Parece-me que além disso, há todo um processo que temos que discutir sobre as penas alternativas, que não são aplicadas. Temos uma idéia hoje, se você tiver dentro do mesmo presídio, tem pessoas que estão lá por terem furtado uma bicicleta, pessoas que assaltaram banco, pessoas que estão lá por terem feito uma violência física e, pessoas que estão lá também por estarem cumprindo pena por assassinato.

Então não é possível que o nosso Judiciário continue julgando essas ações como se elas fossem todas de igual potencial e condições. É preciso que entendamos, há uma sobrecarga no Judiciário, no Ministério Público, mas principalmente, se não tivermos Defensoria Pública, vamos ter sempre esses mesmos problemas, sempre essas mesmas situações, e vamos continuar, talvez, tendo que fazer Audiências, como a que foi feito no dia de hoje, que ainda que tente minorar o plano dos presídios, não será suficiente porque o problema maior é a manutenção dessas pessoas mesmo quando já cumpriram a pena, vai continuar acontecendo.

Não quero comentar nada a respeito do lançamento do Plano Safra, porque acredito que isso, poderemos fazê-lo na próxima semana, porque o Plano Safra Empresarial, também o próximo plano que será lançado que é amanhã a Agricultura Familiar, teremos todos os dados para fazê-lo.

Usei a tribuna no dia de hoje, porque acho que essas duas situações que citei aqui: a investigação que está sendo feita pelo Ministério Público Federal e da Polícia Federal, além dessa citação que os Deputados estão tendo com relação, as aposentadorias, não pode ser encarado como se tivéssemos sendo ofendidos. Acredito que ninguém esteja encarando dessa forma. Mas me hipótese alguma isso pode ser visto como se fosse uma ofensa, ou como se fosse algo absolutamente anormal dentro do espaço do Parlamento. Acho que o Parlamento reflete um corte da sociedade e, tem pessoas que estão com intenções diversas dentro e, certamente, teremos em algum momento problemas e os problemas serão investigados. O que me parece correto é que as investigações tenham total apoio da Casa, e a partir daí possam essas investigações ter uma conclusão que dê a opinião pública e que dê aos demais Deputados, condições de saber o que é certo e o que é errado. Aquilo que é errado ter a sua penalidade, conforme determina a lei.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Com a palavra o segundo orador inscrito o Deputado Durval Amaral.

## ***Deputado Durval Amaral (DEM)***

O SR. DURVAL AMARAL

Sra. Presidenta, Srs. Deputados.

Ontem chamou a minha atenção o posicionamento do Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, Ministro Gilmar Mendes, falando sobre o Estado Policialesco, sobre o Estado de Exceção. Falando sobre a exorbitância praticada de maneira, infelizmente, contumaz no nosso país, por parte da Polícia Federal. São palavras do Ministro Gilmar Mendes, textualmente, para todo o Brasil. Falando dos exageros praticados por alguns setores do Ministério Público. Palavras do Presidente do STF, dizendo que o Estado Policialesco põe em risco o estado democrático.

Então quando vejo denúncias pipocando de norte a sul deste país, denúncias que efetivamente não estão lastreadas no direito, ou apenas processos investigatórios desenvolvidos no âmbito de inquérito, que algumas pessoas tentam se promover ou denegrir a imagem de terceiros. Vejo que alguns se jubilam com essa posição policialesca. Fico imaginando que começamos tudo de novo, Deputado Luiz Carlos Martins, aquele mesmo medo, aquele mesmo terror, que nós democratas que lutamos contra o regime militar tínhamos medo do porão da ditadura. Hoje, infelizmente, feito de uma maneira mais maquiavélica, de uma maneira imoral, de uma maneira que realmente não posso aplaudir. Não posso aplaudir e não posso respeitar aqueles que se jubilam com essas ações, que na verdade são exceções a regra, delação premiada, inquéritos que mesmo antes de estarem concluídos caem e são usados como instrumentos de difamação.

Acredito que o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, não poderia ter sido mais feliz, passando uma reprimenda pública, inclusive na própria Polícia Federal, no Ministério da Justiça e em alguns setores do Ministério Público. Então, vamos devagar. Posso dizer, aqui, com total isenção não estou sendo investigado, não há inquérito sobre este Parlamentar e se existem casos pretéritos que devam ser investigados, devem ser investigados. Depois do inquérito poderá vir uma denúncia, depois do inquérito poderá vir um processo, ou poderá não acontecer. Então não vamos penalizar porque estaremos banalizando. Então não é possível, aqui, que haja postura de vestal, vamos ter muito bem senso, muito equilíbrio, como diz o Presidente Nelson Justus: "Muita calma nesta hora". Sem oportunismos.

Quero ressaltar, aqui, o que o Presidente Nelson Justus, Deputado Secretário Alexandre Curi, Deputada Luciana, o Diretor Geral da Casa tem feito na Assembleia Legislativa do Paraná não é tudo aquilo, talvez, que todos nós queiramos, mas é o que é possível dentro da medida do possível, transparência, painel eletrônico, a

televisão, enfim há um processo de modernização gradativa. E todos aqueles exageros cometidos através de leis, muitas vezes, de maneira atropelada hoje, estamos nos arrependendo, estamos sendo vítimas até desta situação. Uma crítica positiva que faço, em nome da transparência, em nome da democracia e do democratismo, porque se volta contra a democracia, implementamos no Paraná a votação aberta. Maravilha!

A sociedade tem todo o direito de saber como vota o seu Deputado Estadual, como vota o seu Deputado Federal; a sociedade tem o direito de cobrar quando o Parlamentar aprova um projeto aqui e depois o Governador veta, e esse mesmo Parlamentar - que é autor do projeto - vota a favor do veto do Governo. Essas incoerências a sociedade tem o direito e obrigação de fiscalizar. Mas como que uma regra altamente democrática, pode se voltar pelo próprio atropelo contra o Parlamento e contra a sociedade? Vou dar um exemplo disso: se no Brasil temos o direito sagrado que o eleitor tem do voto secreto é para protegê-lo. Protegê-lo dos grupos econômicos, Presidente, eu que sempre aplaudo V. Exa. e que sou amigo dileto em especial, estou fazendo uma retrospectiva de que no atropelo, às vezes acertamos, mas às vezes erramos.

Estou reportando-me ao voto secreto, que tem o direito o cidadão brasileiro, de ir à urna e votar secretamente, para que não haja a política do coronelismo, para que não haja a cooptação de votos, para que não haja a compra de votos e isso é bom para a democracia. Aliás é fundamental, porque não haveria democracia, se o eleitor não tivesse o direito do voto secreto. Agora vejam que situação que estamos e o dilema que vivo nos últimos dias, nas últimas semanas: que equilíbrio?

Que isenção terá qualquer Parlamentar de votar de maneira aberta agora a partir do momento em que vamos ter que escolher o Conselheiro membro do Tribunal de Contas? O voto aberto neste momento vem contra a sociedade, vem contra a democracia. O voto aberto, especificamente no caso da eleição do Conselheiro do Tribunal de Contas não permite qualquer equilíbrio, Deputado Caíto Quintana. Não há equilíbrio, não há isenção, não há como cobrar efetivamente cada Parlamentar ter a isenção para poder decidir em qual candidato votar. Porque estamos falando da eleição de Conselheiro do Tribunal de Contas onde inscrito está o irmão do Governador. Ora! Como é que qualquer Parlamentar vai ter as mesmas condições de igualdade de se inscrever, disputar uma eleição. Não estou aqui entrando no mérito, não estou entrando no mérito de quem seja o candidato, mas estou dizendo peremptoriamente que não há condições de igualdade, não há isenção e automaticamente o processo fica viciado, com todo respeito que tenho ao meu Presidente Nelson Justus, que acredito que a PEC 17 é toda ela perfeita, com exceção a eleição para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas e para o cargo de Procurador Geral de Justiça, que deveriam ser necessariamente votação secreta.

Até na cassação de Parlamentar, poderíamos dizer: a sociedade tem o direito de saber como vota o Parlamentar em relação aquele que cometeu um ato de improbidade, em relação à cassação de um Governador, a sociedade tem o direito de saber como vota o seu Parlamentar. Mas realmente nessas duas posições fico extremamente preocupado, extremamente temeroso. E se na gíria popular se diz que uma eleição pode ter cartas marcadas, com toda certeza com voto aberto essa é uma eleição que tem carta marcada e resultado certo.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do DEM***

Sr. Presidente, estou num conflito existencial, não sei se ao final das 18h me inscreverei ou não. Mas tenho muito claro uma coisa na minha mente, não posso legitimar um processo que na minha convicção pessoal está viciado. Vou refletir, vou pensar, efetivamente não tenho absolutamente nada contra o nome do Secretário Maurício Requião. Absolutamente nada contra o Governador Requião. Cada um age dentro das suas convicções pessoais, mas não sei. Não me sinto confortável, sinto que não exista condições e constrangeria muitos Parlamentares aqui.

Tenho encontrado apelos de muitos amigos, uns dizem assim: "Se inscreva" Outros dizem assim: "Deputado Durval Amaral, se você perceber que não vai fazer os 28 votos, me libera para que eu possa votar no Maurício Requião, porque não posso ficar brigado com o Governo." Talvez para outro Parlamentar seria muito simples esta questão, para mim não, sei o quanto é constrangedor. E que convivo com cada uma das senhoras, cada um dos senhores, sei o quanto é constrangedor ter que olhar nos olhos do Deputado Durval, um amigo, porque me considero amigo de todos os senhores e falar: Durval, votaria em você mil vezes se o voto fosse secreto, mas aberto você entenda a minha posição. Realmente estou pensando, não quero constranger, não quero magoar os companheiros e se eventualmente, Deputado Elio Rusch, ao final da inscrição se não estiver inscrito, quero que os senhores saibam de uma coisa: tenho certeza que a Assembléia Legislativa vai ter que responder a si mesma uma própria questão. O conjunto da Assembléia Legislativa quer manter suas prerrogativas, quer indicar um Conselheiro dentro das suas prerrogativas, porque esta vaga lhe pertence, é uma posição.

A candidatura do Deputado Durval Amaral é só um instrumento da Oposição? Não. Não posso ser só um instrumento da Oposição, até porque sou candidato do conjunto da Assembléia Legislativa para representar a Assembléia Legislativa como Conselheiro e representar a sociedade ou então não valerá a pena.

Claro, a partir do momento que alguns me dizem: "Mas o Governador inscreveu seu irmão, ele politizou totalmente a disputa." Realmente, acho que não há equilíbrio nenhum nesta disputa. Ela está com carta marcada.

Restaria o que, então? Restaria aos partidos todos, às frentes de Oposição fecharem questão, marcarem uma posição política e tenho certeza de que isto poderia constanger por demais alguns colegas, de alguns partidos. Embora o partido seja de Oposição, tem votado sistematicamente com o Governo.

Tudo isto tenho que pensar, que realmente discutir com meus companheiros, com meus amigos. Agora, tenham certeza absoluta: seja qual for minha decisão, Presidente Nelson Justus, meu amigo dileto, eu tomarei um objetivo: o de não constanger nenhum colega Deputado Estadual. Não deixarei que minha vida pública aqui na Assembléia Legislativa possa, neste momento, ser usada como um cavalo de batalha. Não serei eu, a corda para romper de um lado ou para romper do outro lado. Não posso. Tenho que ter isenção. V. Exas. me conhecem. Sabem da maneira como me conduzo na vida pública e aqui na Assembléia Legislativa. E, efetivamente, não vou constanger meus companheiros Deputados.

Minha gratidão eterna a cada um de vocês. E vejo assim: cada um de vocês, poderia dizer, aqui, porque ao longo deste processo tive a oportunidade de conversar com cada um. Sei quantos votos eu tenho, quantos votos seriam capaz de fazer. Mas, sei também que minhas forças são pequenas e meus companheiros não merecem pagar este preço, diante, vocês sabem diante do quê.

Então, se por acaso ao final deste processo, não estiver inscrito, quero que vocês entendam que foi, antes de mais nada, para proteger cada um dos meus companheiros aqui desta Casa. Claro que vou continuar sonhando, talvez quem sabe um dia, se assim for a vontade do conjunto da Assembléia, o sonho que um dia a Assembléia possa dizer: “Não! O que é prerrogativa da Assembléia Legislativa nós não abrimos mão! Se a vaga é da Assembléia Legislativa, a vaga será nossa!”

Não vou dizer aqui o que disse um colega, Deputado, porque não quero expor ninguém, mas me disse ele: “Durval, se esta vaga for para o irmão, quando vier outro Governador, virá outro irmão; quando vier um outro Governador, virá um outro irmão”. E assim, a Assembléia nunca mais vai se fazer valer.

Então, não é nada pessoal, não é uma crítica ao Governo, não é uma crítica ao Mauricio, mas é, antes de mais nada, uma posição de preservar a Assembléia Legislativa e não constanger meus amigos. E quem sabe um dia, se tiver oportunidade, se o conjunto da Assembléia Legislativa entender que um dia meu nome possa ser, ou até mesmo neste processo, ainda, o mais indicado, estarei à disposição. Mas, uma coisa é certa: pensei muito. Coloquei nas mãos de Deus, entreguei a Ele. Se tiver que ser, vai ser. Se não tiver que ser, vou continuar tendo o privilégio de continuar convivendo com vocês.

Por fim, mudando o disco, ouvi aqui a preocupação do Deputado Tadeu. É duro, Deputado Tadeu, falar de futebol na igreja, é duro tentar explicar o que as pessoas às vezes não querem entender e aí não tem explicação, nós não conseguimos convencer - é a mesma coisa que tentar

convencer o torcedor do Corinthians que o Palmeiras é melhor ou vice-versa. Ora, vamos falar aqui da previdência complementar. Pelo amor de Deus! Estamos instituindo - pela décima vez que falo isso - uma previdência complementar. Não tem segredo! Um Vereador entrou com uma ação popular, um Juiz desavisado deu a liminar para esse Vereador, suspendendo o plano de previdência, fomos ao Tribunal de Justiça e a Assembléia Legislativa do Paraná suspendeu na hora a liminar. E por quê?

Porque é previdência complementar e não aposentadoria de Deputado. O que é previdência complementar?

Está lá na Lei Federal nº 108 e 109. É um regime onde cada segurado contribui com a sua parte, a exemplo do que existe na previdência complementar dos funcionários da COPEL, dos funcionários do Banco do Brasil, dos funcionários do Ministério Público. Enfim, é um sistema moderno de previdência, justamente para que haja no futuro condições para que as pessoas possam minimamente manter o seu padrão. E esse regime de previdência complementar que foi objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade, a Advocacia Geral da União já se manifestou dizendo que o plano de previdência complementar estabelecido por lei no estado do Paraná é perfeitamente legal e obedece todos os pressupostos estabelecidos na Lei Complementar nº 108 e cumpre todos os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 109. Não há, por parte da Advocacia Geral da União, sequer um ponto a ser reparado naquela lei que aprovamos aqui.

Condeco um aparte ao Deputado Tadeu.

#### **O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte)**

O único questionamento que falei com V. Exa. há dois anos e vou continuar dizendo, em que pese todos os argumentos que V. Exa. tenha e acho que o senhor tem todas as condições de argumentar, até porque conhece com profundidade o assunto é que, no meu entendimento, a partir do momento em que tivermos aporte de recursos orçamentários, recursos públicos, que a Emenda Constitucional nº 020 não permitiu, o plano se torna inconstitucional. Foi esse o entendimento que teve o Governador do Estado e por isso vetou, e é esse o entendimento que também tenho e acho que é esse único ponto em que nós divergimos. Aliás, V. Exa. e o ex-Presidente Hermas Brandão me procuraram, em junho de 2006, e desde o início tive esse posicionamento.

Acho que o plano é interessante, é necessário, é legítimo, é justo, mas se tiver esse “se”, é um problema. É como V. Exa. falou: falar de futebol na igreja nem sempre é possível, até pelos times serem diferentes e as igrejas, as vezes, serem diferentes. Mas, temos um entendimento diferente. V. Exa. sabe que respeito profundamente vossa opinião, mas entendo que a partir desse momento temos uma dificuldade no meu entendimento insolúvel. Agora, quem vai decidir não é este Deputado e nem V. Exa., mas o Ministro Barbosa, que está no processo. Se entender que não há nenhum óbice, obviamente que a tese que V. Exa. defende terá não só o reconhecimento do estado do Paraná,

mas terá o reconhecimento do Brasil todo, porque outras Assembleias estão aguardando para que possam se posicionar no sentido de terem um plano semelhante àquele, da forma como foi feito ou não. É só essa consideração que eu gostaria de fazer.

Obrigado pela consideração e pelo aparte.

**O Sr. Osmar Bertoldi (DEM)**

Deputado Durval Amaral, me permite um aparte?  
(Assentimento)

Primeiramente, não quis interromper a sua explanação com referência ao Tribunal de Contas, mas quero aqui dizer, Deputado Durval, que ao longo dessa minha estada como Deputado Estadual, tive de lhe conhecer, o seu empenho, o seu trabalho, o seu conhecimento na técnica legislativa, e dizer que independentemente da sua decisão, conte comigo para o que der e vier. Se V. Exa. for candidato, quero declarar aqui o meu voto a favor da sua colocação no Tribunal de Contas do Paraná. E no que diz respeito ao sistema de Previdência, quero já declarar aqui, de público, que se for aprovado esse plano, quero dizer que por questões contábeis, pelas contas que fiz, para se ter uma idéia como o plano é lícito, não vale a pena um Deputado da minha idade entrar no plano. Quer dizer, isso mostra o quê? Que só irá receber o benefício aquele Deputado que colaborar. Eu estarei fora do plano previdenciário por motivos econômicos, vale mais a pena fazer uma poupança do que entrar no plano. Acho que isso é um dado interessante para que o público que está nos assistindo veja que o projeto que passou o tempo todo por V. Exa., no sentido de encontrar um caminho de um plano complementar, é lícito, tanto é que para muitos Deputados não vale a pena entrar no plano.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

V. Exa. me concede um aparte?  
(Assentimento)

Meu caro colega e grande Parlamentar Deputado Durval. Ouvi partes do seu pronunciamento do meu gabinete e agora ouço o final. Sobre essa questão previdenciária, tive uma posição clara, mas legitimidade, eu fui contrário, até por quase que as mesmas explicações do Deputado Bertoldi. Mas também ouvi quando V. Exa., de forma diferente, e sei o que V. Exa. está vivendo sobre a questão do Tribunal de Contas. Quero deixar claro que fiquei muito silencioso enquanto V. Exa. foi candidato, porque eu sabia que o meu posicionamento, por ser Oposição, poderia prejudicá-lo. Mas vejo isso com tristeza, porque a Assembleia Legislativa do Paraná tem duas figuras que poderia oferecer ao Tribunal de Contas: V. Exa. e o Deputado Caíto Quintana. Duas figuras que não teria, certamente seria unanimidade ou teriam poucas contestações, certamente minha preferência é por V. Exa., até em virtude de estarmos aqui no mesmo posicionamento por muitos anos.

Acho que não perde apenas a Assembleia Legislativa se V. Exa. não colocar o seu nome como candidato, perde o Paraná. Da mesma forma o Deputado Caíto, porque estamos abrindo mão de um direito nosso, estamos abrindo mão de uma das mais brilhantes figuras que poderia ir para o Tribunal de Contas e dar uma grande contribuição para o Tribunal de Contas do Estado. Mas quero dizer que entendo o seu posicionamento, compreendo, e quero dizer que somos companheiros, continuamos companheiros, mas gostaria de vê-lo à frente dessa batalha, para que eu pudesse votar em V. Exa.

Obrigado.

**O SR. DURVAL AMARAL (DEM)**

Agradeço o aparte do Deputado Tadeu, o aparte do Deputado Bertoldi e muito carinhosamente o aparte do Deputado Valdir Rossoni.

Veja só, Deputado Valdir Rossoni, me comove o coração, mas sinto que eu não posso legitimar um processo que acho que está equivocado. Eu não tenho condições de igualdade nessa disputa. O meu concorrente, com todo respeito, é o Governador Requião, não é outro.

Gostaria de disputar aqui com um dos meus. E se perdesse estaria feliz, porque, certamente, alguém mais qualificado e mais preparado, entre meus Pares, teria tido a felicidade de ser Conselheiro. Ou o ônus de ser Conselheiro. A decisão é difícil, mas quero esse disco.

Deputado Nelson Justus, vou encaminhar ao Deputado Tadeu Veneri o parecer da Advocacia Geral da União.

Quero dizer a todos os Deputados que estão sendo citados, o próprio Deputado Nelson Justus pediu ao Oficial de Justiça para que agilizasse a citação. É muito claro, muito transparente.

Vamos, todos os Deputados, nos dar por citados, o mais rápido possível. Vou colher a procuração dos senhores e iremos contestar no âmbito individual essa ação popular, que está fadada ao insucesso. Porque vamos vencer no STF, na caneta determinante que tem o Ministro Joaquim. Aí, essa marola toda, se é legal, se não é, vai estar decidida pelo STF.

Meu amigo Deputado Nelson Justus, muito obrigado. Obrigado a cada um de vocês que são meus amigos. Mesmo que eu venha disputar, mesmo que alguns companheiros não possam votar em mim, no dia seguinte vocês terão o mesmo companheiro, o mesmo amigo Durval Amaral. Se, por ventura, eu não estiver na disputa, entendam que não é um ato nem de omissão, nem de covardia, talvez só um ato de bom senso, de equilíbrio, em saber que estaria legitimando uma disputa que não tem igualdade nenhuma. Não posso disputar com o próprio Governador Roberto Requião.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

## ***Deputado Felipe Lucas (PPS)***

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de falar hoje sobre a comemoração do aniversário dos 75 anos da Associação Médica do Paraná. Dizer da importância que a Associação representa, principalmente pelo trabalho em prol das pessoas. Dizer também que o Brasil só perde para a Índia em número de faculdades de Medicina. Precisamos de especializações.

Quero derivar para outro lado nesta data, tendo em vista o pronunciamento do Deputado Durval e também do lançamento do Plano Safra, aqui no Paraná. O Paraná foi escolhido pela sua grandeza, pela sua produção, pelos seus agricultores pequenos, grandes e médios. O Ministro Reinhold Stephanes fez um lançamento com grande aval, com grande capacidade. O próprio Governador fez seu discurso muito bem no sentido da agricultura.

Queria parabenizar o Presidente da República pelo seu conhecimento, pela sua fala, hoje, principalmente quando, na data de ontem, tivemos início a um festival das etnias folclóricas no estado do Paraná, que vai até dia 11. O Presidente falou com muita propriedade das diversas nações que compõem o nosso estado: dos italianos, dos alemães, dos espanhóis, dos portugueses, dos ucranianos, dos poloneses, enfim, de todas as raças que constituíram este estado, que é belo. Portanto, achei brilhante o pronunciamento do Presidente da República, pois tem conhecimento de todas as raças que compõem este nosso país e este nosso estado.

Queria também parabenizar e dizer ao Deputado Durval Amaral, pelo seu modo de ser conciliador e, ao mesmo tempo, fazendo um discurso conciliador, é preparado, Durval. Sei de todas as circunstâncias, mas gostaria de dizer que sua forma de conciliador, talvez, seja importante para todos nós da Assembléia, neste momento. Um discurso dessa forma nos concilia a todos nós para que possamos ter um trabalho unido, Durval. Sei do seu preparo, sei da sua forma de agir, principalmente conosco que temos um conhecimento bem menor. Alguns dizem, às vezes, que têm um conhecimento muito grande, mas não. Eu até diria que muitos estão preparados, não só vocês dois. O Presidente da Casa é um brilhante advogado e quantos outros de vocês, mas afinal de contas é uma questão sua, pessoal.

Queria salientar, mais uma vez, a importância do festival das etnias. Que todos nós possamos ir lá. O Teruo sabe da importância, já que comemoraram 100 anos de vinda dos japoneses. Quanto vocês construíram aqui no Paraná. Sei que o Waldyr Pugliesi é outra história. O Waldyr é italiano, pela sua forma. É o jeito de brincar conosco. Teruo, é muito importante essa vinda de todos vocês e de nós, também, que viemos há mais de 100 anos. Então, é muito bom que todos nós possamos estar unidos neste estado e possamos ser conciliadores deste estado.

Mais uma vez quero dizer que a comemoração desses 75 anos da nossa Associação Médica do Paraná é de suma importância, porque vem construindo, vem trabalhando diuturnamente em prol das pessoas.

Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana.

## ***Deputado Caíto Quintana (PMDB)***

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Desde ontem à tarde estou monitorado, devo fazer um exame no final da tarde e, portanto, quero ser bastante sucinto. Subo à tribuna porque, durante muito tempo, colocamos para os colegas, para os companheiros e a imprensa noticiou nosso desejo de colocar nosso nome na disputa a uma vaga do Tribunal de Contas, Comecei minha vida como contador público, fui Deputado, estive em todas as Comissões, fui Relator da Constituinte. fui Revisor da Constituinte, fui Corregedor desta Casa, tenho sete mandatos, estive duas vezes na chefia da Casa Civil, sou advogado. Portanto, coloquei meu nome sabendo que colocava uma alternativa à nossa Bancada, mas o Deputado Durval colocou suas posições na Assembléia, no seu pronunciamento.

Como eu disse, não quero entrar no mérito dessa discussão. Apenas em respeito aos companheiros com quem conversei, a imprensa que noticiou e até hoje não tem um pronunciamento oficial, quero colocar também aqui que não inscreverei o meu nome na disputa para o Tribunal de Contas. Espero continuar fazendo parte desta Casa, nas Comissões que participo, no Plenário, nas discussões, na elaboração das leis. Afinal de contas, o meu mandato foi para Deputado Estadual, para representar a minha região e os meus municípios e é isso que vou continuar fazendo, sem nenhum trauma, sem nenhuma mágoa, sem nada. Acho que é uma decisão interna da minha Bancada e me parece que se a Oposição encontra dificuldade em unificar os seus votos, evidentemente que na Bancada de Situação o constrangimento seria muito maior e possivelmente os votos seriam bem menores.

Então, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, imprensa que cobre a Assembléia Legislativa, que não se toque mais no assunto de eventual disputa ou não disputa. Estou reafirmando neste momento que não estarei inscrevendo o meu nome para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças:

PDT. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

## ***Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins***

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Pensei muito para vir a esta tribuna, até comentava com o Deputado Valdir Rossoni se eu viria ou não. Refleti bastante para vir aqui.

Parece que estamos vivendo um momento fúnebre. Momento fúnebre, Deputado Caíto Quintana. O pior momento fúnebre é aquele que o assassino vai ao velório e chora diante do cadáver. Será que não estaríamos chorando diante de nós mesmos? Será que não vamos derramar lágrimas de sangue, por atitudes que estamos tomando? Será que não é o momento de refletirmos profundamente as ações que estamos deixando de tomar?

Com todo o respeito, Presidente Nelson Justus, que V. Exa. merece deste Deputado e desta Casa, V. Exa. sabe que o Plenário é soberano. Se ele quiser, é soberano. Se o Plenário quiser, ele toma a atitude que acha mais democrática, a mais sincera e a mais honesta. Não que o voto aberto não seja honesto, pelo contrário. Só que radicalizamos, mas sempre é o momento de voltar. Quantas vezes voltamos em atitudes pessoais diante da nossa família, da sociedade, na empresa. Deputado Elio Rusch, radicalizamos com o voto quando extinguímos aqui, Deputados Caíto e Malucelli, o voto secreto. Porque como disse o Deputado Durval Amaral, com propriedade, e o Deputado Caíto Quintana, é uma disputa desigual. Ela é desigual porque o voto é aberto. Se fosse o voto secreto neste caso, ela não seria desigual. Mas, podemos mudar, Deputado Elio Rusch. Este Plenário é soberano para mudar e há tempo de mudar ainda. Erramos? Vamos corrigir o erro. Mas é só no caso da escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas? Creio que temos outros casos em que cabe o voto secreto. É claro que entendemos a situação dos Deputados. Podemos até não aceitar, mas respeitamos. É claro. Coloco-me no lugar dos Deputados, veja a que situação estamos chegando, do Deputado que representa 20, 30 municípios, ele não poder votar da maneira que deseja porque tem receio de sofrer represálias. Mas, não estamos na democracia?

Se bem que, por falar em democracia, Sr. Presidente, estamos sentindo que há alguns setores da sociedade, setores que foram beneficiados pela ditadura, setores que cresceram durante a ditadura e que hoje parece que estão com saudades da ditadura. Visando principalmente o Legislativo, que é a Casa do Povo, que é transparente, pedem transparência da Assembléia Legislativa, Sr. Presidente. As pessoas circulam aqui dentro, elas têm liberdade de circular, de entrar nos gabinetes, na sala da presidência, na 1ª Secretaria, na 2ª, na Diretoria Geral.

O que mais? Na hora de buscar o voto, fomos às ruas. E fomos pedir o voto para as pessoas. Então, me sinto preocupado. A galinha, de grão em grão enche o papo, e parece que nós aqui, Sr. Presidente, de atitude em atitude, estamos abrindo mão das nossas prerrogativas.

Sr. Presidente, creio que deve fazer dois ou três anos que este Deputado não apresenta emenda nenhuma no orçamento. Por que apresentar emenda ao orçamento, que é uma prerrogativa nobre do Deputado? Que é para construir a escola, a ponte, o posto de saúde, equipar o destacamento policial. E ele não pode agir, não vai resolver. Sei também que não é só neste Governo. É preciso fazer justiça.

Então, vamos abrindo mão, e o povo só observando, só olhando as nossas atitudes.

Sr. Presidente, nunca Curitiba teve tantos candidatos a Vereador como nessas eleições. Mais de 1.200 candidatos a Vereador. O que está levando esse grande número a se candidatar? Tem algo acontecendo nas ruas. Tem algo acontecendo na sociedade. E a sociedade agora tem esse instrumento que é a TV Assembléia e estamos sendo observados o tempo todo, como se todos fossem iguais. Não somos exemplo de seres humanos, mas temos certeza que lutamos contra os nossos erros, as nossas fraquezas. O povo está observando o andar da carruagem, para onde esta carruagem está indo. Já pensou, Sr. Presidente? Porque de repente pode chegar o momento aqui, Deputado Nereu Moura, pode chegar o momento aqui que vamos perguntar: o que estamos fazendo aqui? A hora que o povo perceber que estamos nos questionando pelas atitudes que estamos tomando, porque muitas vezes você se questiona e esse questionamento é dolorido, ele cala profundo, não é quando você se questiona pela voz alta, não é quando você se questiona pelas palavras, mas quando você se questiona e se pergunta através das suas atitudes: o que estamos fazendo aqui? O que estamos fazendo aqui?

Não podemos perguntar, não podemos questionar, não podemos fazer pedido de informações. O nobre Deputado Líder do Governo, Deputado Romanelli, chegou ao ponto de sugerir para nós o que devemos fazer, como devemos nos comportar. Não, não, é claro, é uma situação cômoda! Quem tem voto não discute, não é? Hoje a base governista é forte nesta Casa. Agora, chegar a esse ponto de vir aqui e dar a entender para a população que se não votar no candidato "x" você vai sofrer represália! Se eu sofrer represália, não sou eu que estou sofrendo, são os milhares de eleitores que votaram em mim. Eles é que sofrerão essa represália.

Então, estamos medrosos? Estamos com medo? Medo de quê? O silêncio, na maioria das vezes, incomoda mais do que o barulho.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, PMDB. Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

## ***Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi***

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de fazer um registro que acho que é extremamente necessário que se faça em relação a um pronunciamento do Presidente do Supremo Tribunal Federal.



Infelizmente, não pude ouvir na sua totalidade o pronunciamento do Deputado Durval Amaral, quando ele se referia a essas questões. Mas a parte que eu ouvi teve, de minha parte, total apoio.

Veja o que o Presidente do Supremo Tribunal Federal está dizendo: “É preciso encerrar esse quadro de intimidação. É fundamental que o Presidente da República, o Ministro da Justiça e o Diretor da Polícia Federal ponham cobro a esse tipo de situação. É abusivo o que se vem realizando. Não é possível se instalar no Brasil um modelo de estado policial.” Quem está falando isto é o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Estou falando dessas coisas porque nesta eleição não sou candidato a nenhuma Prefeitura Municipal. Até poderia ser, mas não sou. Então, vejo aquilo que está nascendo novamente neste país, e é norma se afiançar, muitas vezes, estas coisas. Vejam bem aqui o que o Presidente do Supremo Tribunal Federal diz, e ele está defendendo o estado democrático, o qual quanta e quanta gente defendeu aqui. Olhem o que ele diz: “A rigor, engendrar um inquérito ou acusação contra alguém é muito fácil. O processo dialético que marca a política faz com que muitos deixem de fazer Oposição no Congresso,” e eu acrescento, nas ruas, nos comícios, nas praças, “e vão fazer praça no Ministério Público.”

Eu fui constituinte e votei favoravelmente à todas as prerrogativas do Ministério Público, para forlalecê-lo como instituição fundamental ao regime democrático. Trabalhamos para que o Poder Judiciário tivesse toda força e condições para ser um Poder ágil, necessário à vida democrática da nação. Mas vivi os tempos malditos da ditadura, quando cercavam as casas das pessoas, entravam nas casas na hora que bem entendiam, prendiam, matavam, assassinavam! E tem gente se alegrando com a volta do estado policial! é só ter olhos para ver, é só prestar atenção nas coisas e elas estão muito claras! Gente que não poderia nunca falar determinadas coisas está falando, estão respingando na honra de todo mundo, mesmo que não falem os nomes de ninguém, como hienas à espera não sei de quê!

Então, é o Presidente do Supremo que está querendo que haja a lei a imperar nessas coisas todas. Está aqui, estou me valendo dessa entrevista que está publicada num grande jornal aqui da capital, O Estado do Paraná, como outros jornais também publicaram, mas estou fazendo referências a essas afirmações do Presidente do Tribunal porque ele mesmo está dizendo aqui que é muito fácil.

Vejam bem, alguém aqui pretende ser candidato, os inimigos, esses que muitas vezes fabricam todos os dias inverdades e jogam por aí afora, eles podem fabricar contra quem quer que seja um processo! E havendo um processo, esse cidadão ou essa cidadã não poderão mais ser candidatos, porque têm a ficha suja! Ora, mas que ficha suja é essa? Se alguém vem, Deputado Jonas Guimarães, se alguém faz contra V. Exa. um processo, coloca lá, pronto: “Olha aqui, o Deputado tem esse processo não

pode ser candidato!” Escute uma coisa: quando existe uma acusação, ela que seja investigada, depois da tramitação, de toda essa questão pelo caminho que tem que ser trilhado, chegando lá no fim: “Olha, tem culpa no cartório!” Aí sim: não pode ser candidato por causa disso, disso e daquilo!

Agora, quero dizer que não me conformo com essas tentativas de fazer com que tenhamos aqui no país um estado policial, policialesco, que entram na intimidade da vida de todas as pessoas. Muitos que não deveriam fazer isso se imiscuem nessas coisas. Não sei por quê. Agridem, maculam e transitam por aí como se fossem as vestais da nossa sociedade.

Então, Sr. Presidente, o Presidente Ulysses Guimarães falou em determinada hora - amanhã vão dizer que estou citando Ulysses Guimarães de maneira pejorativa, porque essa é a maneira de enfocar essas coisas, quando alguém que viveu essas coisas está dizendo - ele falou assim: “Nós temos ódio e nojo das ditaduras. Nós queremos um regime democrático vigorando para valer. Nada no regime democrático tem que ser escondido de quem quer que seja.” Mas as agressões que brotam de todos os cantos, muitas vezes com mãos que não estão suficientemente limpas para fazer essas coisas, causam indignação.

Portanto, Sr. Presidente, quero mais uma vez dizer que, ao longo de toda essa caminhada que fiz na minha vida, quero continuar pautando os meus atos, a minha vida com esse objetivo, de fazer com que possamos ter, de uma vez para sempre, de maneira muito concreta, aqui a vigência do regime democrático, que é um bem que não podemos, de maneira nenhuma, abrir mão do mesmo, porque fora do regime democrático não vejo soluções para os problemas que uma cidade vigorosa, limpa, possa alcançar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PMN; Bloco PTB/PR; Bloco PSB/PRB/PV; PP; PSDB. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, depois de ouvir aqui as palavras dos Deputados Luiz Carlos Martins e Waldyr Pugliesi, fiquei perguntando para mim mesmo: o que ronda esses corredores e este plenário? Vejo uma solidão total. A solidão de um Poder que deveria ser, Deputado Jocelito, a alma da política do Paraná. Deveria ser aqui, a movimentação de tudo que acontece no estado. Mas somos o que somos. Não tenho dúvida. Acho que os políticos, me incluo entre eles, temos, Deputado Pugliesi - não V. Exa., mas nós - temos que fazer uma reflexão muito grande. Acho que também a imprensa está na hora de refletir um pouquinho, Deputado Rangel, porque não podemos colocar todos na vala comum. Mas, também não podemos colocar todos como beatificados.

Ouvi o pronunciamento do Deputado Durval Amaral e quando vejo o posicionamento dele eu respeito, mas vi depois o elogio de outro Parlamentar de que temos que ser conciliadores, que temos que converger. Ora, se nós aqui no Parlamento estivermos aqui só para converger, não precisa ter Deputado. Se for para pensarmos só como pensa o Governador, o que ele determina lá nós cumprimos aqui, para quê Parlamento? Para quê 54 Parlamentares que vêm distribuídos de toda sociedade paranaense? Aqui tem representantes de agricultores, de comerciantes, de médicos, do setor industrial, comercial, do Movimento Sem-Terra, enfim, aqui está representada a sociedade. Como é que vamos trabalhar aqui convergindo? É claro que pensamos de forma diferente. Mesmo dentro da nossa casa, quando você conversa com um filho, quase sempre o seu filho diverge de você, pondera as suas razões. Isso dentro da família, imagina dentro de um Parlamento. Se algum Parlamentar está aqui com o intuito, com o objetivo de que a convergência é salutar, acho que o pior dos mundos que pode acontecer é pensarmos aqui da mesma forma.

Estamos entrando, pelas notícias que vejo, pelos comentários, estamos chegando no momento simbólico para a Assembléia Legislativa. Na semana que vem, segundo informações, estaremos escolhendo o Conselheiro do Tribunal de Contas. E aí temos que converger tudo para um nome só. Tem que ter um nome só para candidato, porque alguém deseja que este nome... está errado, Deputado Caíto. Não temos que pensar da mesma forma. Eu me sinto melhor representado, Deputado Caíto, e não é para jogar alguém contra alguém, se hoje fôssemos votar, me sinto melhor representado pelo Deputado Durval Amaral. Se tirar o Deputado Durval Amaral, me sinto melhor representado por V. Exa. E se tivesse outro candidato, aqui da Casa, eu não me sentiria bem representado. Tem Parlamentares aqui que não me representam, porque acho que não têm condições de ser Conselheiro do Tribunal de Contas.

Agora, vejo que parece que o assunto não dominou o debate que é importante. Primeiro, ele é um mau sinal. Primeiro, não teve um debate sobre a questão do que é o Conselheiro do Tribunal de Contas? Quem tem o direito de indicar esse Conselheiro? Quem são as pessoas que farão parte deste quadro para disputar esse importante cargo? Quem está assistindo em casa às vezes pode dizer: "Mas o que é Conselheiro do Tribunal de Contas?" Conselheiro do Tribunal de Contas é uma pessoa que vamos escolher aqui nos próximos dias, que estará analisando as contas do Governo do Estado. Como é que o Governo gastou o dinheiro público? Como ele prestou conta desse dinheiro? Foi correto? Esse Conselheiro que estaremos aprovando ou votando favorável ou contrário, estará analisando as 399 Prefeituras do Paraná. Como os Prefeitos gastaram os recursos dos seus municípios.

É um assunto relevante, é um assunto importante. E eu ontem assistia todos os noticiários, de A a Z, porque fui dormir tarde. Até estava lendo o livro Como Fazer

Oposição, que ganhei de presente do nosso advogado de Oposição. Aí assisti todos os jornais. Todos. Inclusive, o da Assembléia Legislativa, quase meia-noite Não posso, aqui, criticar a imprensa quando vejo a TV Assembléia distante do que está acontecendo no plenário. Totalmente distante. Não entro na questão do dia. Não vi alguém ontem dizer nada do que nós levantamos, aqui. E acho que isto é pertinente.

Então, como é que vou fazer uma crítica aos jornais, às outras televisões, se a nossa não está fazendo o seu papel? Nada do que aconteceu ontem, do que a Oposição falou aqui ontem, aconteceu. Parece que o que nós falamos aqui, é o mesmo tempo do que falarmos aqui para quatro paredes. Hoje temos nosso meio de comunicação aonde poderíamos, e eu já disse aqui outro dia, outro dia votamos a PEC do Saneamento Básico. Não tivemos uma oportunidade de ir à TV Assembléia e debater a PEC da Água. Nós votamos, aqui, o seu projeto. Onde encontrou uma forma de diminuir as taxas, para tentar, através do seu projeto, talvez interpretado por um de uma forma, ou por outro, o seu projeto que poderia trazer uma diminuição da taxa de pedágio, no meu entendimento - outros Deputados entendem de forma diferente - mas não houve o debate! Por que não houve o debate? Não adianta querermos que lá fora seja diferente, se aqui dentro é igual.

#### **O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)**

Acabei de dar uma entrevista para a TV Assembléia, agora. Gostaria muito que eles colocassem no ar o que falei...

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vou interromper, como Presidente da Casa, vou interromper o discurso de V. Exa. Duvido que não vá ao ar a entrevista que V. Exa. acabou de dar. Jamais aconteceu isso nesta Casa, qualquer tipo de censura. Por favor! Sou obrigado a interromper, me perdoe, Deputado Luiz Carlos Martins. V. Exa. deu uma entrevista, pode ter certeza de que ela irá ao ar. E vou mais adiante: a partir da semana que passou há uma repetição, quatro vezes, nos finais de semana, de tudo o que aconteceu aqui nas Sessões Plenárias. Quatro vezes: sexta, sábado e domingo. Faço questão de deixar claro.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Compreendo, Deputado Nelson Justus, e o que estou fazendo aqui é uma crítica à imprensa. Uma crítica aos Parlamentares e também uma crítica à TV Assembléia.

Deputado Luiz Carlos Martins, eu torço para que sua entrevista saia, porque quem assistiu ontem a TV Assembléia, parece que aqui só teve um lado, o lado do Governo. Está melhor que a TV Educativa, que nós nunca falamos. Deputado Nelson Justus, sei que não é V. Exa. que tem que estar cuidando desta questão, mas quero dizer que se for para nós não levarmos para o debate o assunto do momento... Tivemos aqui a PEC da Água, do Saneamento

Básico, o projeto relevante do Deputado Elio Rusch, estamos discutindo aqui a questão do Tribunal de Contas. Cito três assuntos e não vi nenhum destes assuntos.

Então, concluo, acho que a imprensa está jogando todo mundo na vala comum. Mas seria muito bom o exemplo partir da nossa Casa!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Ouvia, como todos os Srs. Parlamentares ouviram, as palavras do nosso colega Deputado Durval Amaral. Deputado Durval, tive o prazer e o privilégio de assumir junto com mais uma dezena de Deputados uma carreira aqui na Assembléia Legislativa no ano de 1991, junto com o Deputado Nelson Justus, Deputado Durval Amaral, Deputado Traiano, Deputado Nereu Moura, entre tantos outros Deputados. Confesso-lhe, Deputado Durval, que ouvi muitos pronunciamentos aqui nesta Casa, mas nenhum pronunciamento, nesses 18 anos de Assembléia Legislativa, tem me comovido e tem feito com que eu faça uma reflexão profunda das nossas atitudes, dos nossos atos e também do nosso comportamento nas votações das mais diversas proposições aqui na Assembléia Legislativa. Se a Assembléia Legislativa soubesse o poder que tem, com toda certeza não estaríamos tão desacreditados como estamos hoje.

Deputado Nelson Justus, meu amigo, meu companheiro e companheiro até de partido, quando apresentou a emenda à Constituição instituindo o voto aberto aqui na Assembléia Legislativa, tenho certeza que V. Exa. talvez também não tenha refletido naquele momento, como confesso que não tenho refletido, quando votamos a PEC acabando com o voto secreto aqui na Assembléia. Alguns votos são necessários que sejam secretos. O Deputado Durval Amaral disse, com muita propriedade, que a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas tem que ser secreta, não pode ser aberta. O voto, o próprio voto ao veto dos projetos, cada um tem sua interpretação, mas na minha tem que ser secreto, porque é um voto policiado, é um voto marcado, é um voto que o Governador jamais vai permitir que sua Bancada vote diferente do que aquilo que ele aponte em relação ao projeto de lei.

Por essa razão, Srs. Parlamentares, como amigo, e não queria falar como Deputado de Oposição neste momento, mas quero falar como companheiro e amigo dos 53 Parlamentares desta Casa. Essa vaga que existe, que se abriu no Tribunal de Contas, qualquer cidadão do Paraná, desde que preencha os requisitos, pode se inscrever, mas essa vaga é da Assembléia Legislativa. Deputado Valdir

Rossoni, Deputado Caíto Quintana, Deputado Nereu Moura, nós éramos Parlamentares aqui quando houve o preenchimento da última vaga da Assembléia no Tribunal de Contas, disputada por dois Parlamentares da Casa: Deputado Basílio Zanusso e o Deputado Heinz Herwig. O Deputado Heinz venceu a eleição por um voto de diferença e os dois são amigos, e essa mesma amizade que une o Heinz e o Basílio, com toda certeza se a disputa fosse entre o Durval Amaral e o Caíto Quintana, ela permaneceria também, porque são dois Parlamentares com a mais alta qualificação técnica, com notório conhecimento jurídico, com notório conhecimento da vida administrativa pública.

Mas, o que vamos presenciar agora? A inscrição, segundo me consta, encerra daqui a pouco, às 18h. Quem se inscreveu estará apto para disputar, ou trazer o seu nome, desde que a Comissão assim entenda, aqui no plenário da Casa. Srs. Parlamentares, são quatro vagas que são preenchidas pela Assembléia Legislativa: uma vaga por livre escolha do Governador do Estado, uma vaga indicada por uma listra tríplice dos Auditores do Tribunal de Contas e o Governador também escolhe numa lista tríplice um nome; uma outra lista tríplice dos Procuradores da Assembléia Legislativa. O Governador também escolhe um e manda para a Assembléia Legislativa. Quando o Deputado Durval Amaral, independente da sua posição, Durval Amaral, se o senhor se inscrever ou não, o senhor, com toda certeza, sempre terá a amizade de todos nós Parlamentares, de uma forma muito especial deste Deputado que vos fala.

O Deputado Durval Amaral deixou muito claro, é uma disputa desigual. O Deputado Durval Amaral não está disputando contra o Maurício Requião, ele vai disputar contra o irmão do Governador. E o irmão do Governador, com toda certeza, terá a influência de Roberto Requião, que é o Governador do Paraná. E sua Bancada aqui na Assembléia Legislativa, que é a maioria, e como o voto é aberto, como é que vão se comportar? Como é que os Deputados que compõem a base do Governo irão votar contra o irmão do Governador? Aí eu concordo com o Deputado Durval Amaral quando o senhor diz que a disputa é desigual, e põe desigualdade nisso. Ouvi atentamente o seu pronunciamento, como também ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Waldyr Pugliesi, e de todos os Deputados, quando o Deputado Waldyr Pugliesi disse do estado de policiamento, o estado policial que está se instalando no nosso país, Deputado Waldyr Pugliesi, esse voto aberto para Conselheiro do Tribunal de Contas é um voto monitorado, é um voto policiado, eu diria mais, é um quadro de intimidação. E daí eu fui agora à Liderança dos Democratas, aqui do lado, e pedi à nossa Secretária, já que o voto é um quadro de intimidação na escolha do Tribunal de Contas, do Conselheiro, porque o voto é aberto, aí eu pedi para a Secretária dos Democratas para dar uma olhada em quais são os sinônimos de intimidação. Abriu o computador, e olha o que é intimidação: é a mesma coisa que advertência, ameaça, aviso, chantagem, ultimato, bravata, e assim por diante.

Por essa razão, Srs. Parlamentares, nós que já votamos tantas leis aqui na Assembleia Legislativa, inclusive uma PEC do Deputado Nelson Justus, e o Deputado Valdir Rossoni, com muita propriedade, fez referência a ela, a PEC do Saneamento Básico, foi sancionada, foi promulgada a emenda no ano passado, no mês de novembro foi promulgada a PEC regulamentando o saneamento básico no Paraná, e agora, já a alteramos, pouco mais de meio ano depois. Será que não está na hora de nós também, de repente, revermos algumas posições em relação a algumas votações que já realizamos aqui na Assembleia, a exemplo do voto secreto e o voto aberto para o Conselho do Tribunal de Contas? Porque com toda certeza, se tivéssemos o voto aberto, muitos poderiam votar. Assim como o voto do eleitor é secreto, assim deveria ser o voto para a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas: secreto.

Infelizmente, nós mesmos demos um tiro no pé quando aprovamos o voto secreto para escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas.

Quero mais uma vez dizer que esta vaga é da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, não encaminhei por escrito, mas gostaria de saber se V. Exa. pode colocar em ordem de prioridade o projeto do item 06 da pauta, porque estão aqui os funcionários dos Correios.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

V. Exa. encaminhe o pedido de inversão de pauta, e votaremos, sem dúvida nenhuma.

Para que dê tempo do Deputado Tadeu Veneri apresentar o requerimento, gostaria de lembrar que teremos uma nova Sessão Ordinária em substituição da Sessão de amanhã. Conforme entendimento de todas as Lideranças.

Neste momento especial que a Assembleia Legislativa vive, deixar de reparar, em nome da justiça, alguns comentários feitos aqui nesta Casa. Tenho procurado ser um Magistrado nesta Casa. Posso, muitas vezes, não ter conseguido, e tenho tido a humildade de retroceder quando, talvez, tenha avançado demais. Mas não vou admitir, em hipótese alguma, por que quer que seja, por mais amigo pessoal que seja, que venha argumentar que esta Mesa, através da TV Assembleia, tenha sido tendenciosa para um lado ou para outro. O sonho que foi concretizado aqui com a TV Assembleia, foi justamente para que ela fosse a mais democrática possível e que desse a oportunidade a todos os Deputados, da maneira mais igualitária possível.

Faço questão de deixar patente, porque não admito ser acusado de tendencioso ou ter buscado beneficiar este ou aquele lado. V. Exas. me conhecem muito bem, alguns há mais de 20 anos. Tenho procurado agir com isenção. E

a realização desse sonho democrático, que é a TV SINAL, que é uma conquista de todos nós e que foi difícil chegar aonde chegamos. Não foi para criar qualquer tipo de censura ou beneficiar este ou aquele lado. Faço este esclarecimento, que fique patente o meu veemente descontentamento com qualquer insinuação, que eu não admito.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, questão de ordem.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, não sei em que ponto V. Exa está respondendo. Quero, primeiro, discordar de V. Exa., me permita, porque a democracia é assim. Primeiro, quero dizer que V. Exa. tem todo direito de discordar do meu posicionamento, como eu tenho o direito de discordar de alguns posicionamentos de V. Exa. Quem sou eu para ser professoral.

Agora, em nenhum momento, o Deputado Luiz Carlos Martins e eu, quando nos referimos à imprensa, falamos em censura. O que nós falamos, Sr. Presidente, e acho que V. Exa. talvez não tenha acompanhado a TV Assembleia como nós temos acompanhado, até porque V. Exa. tem muitas atribuições pelo cargo constituído legitimamente por esta Casa, mas apelo para que, antes de não admitir uma crítica à TV Assembleia, V. Exa. acompanhe um pouco mais de perto, porque eu não estou satisfeito com a TV Assembleia.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrada a insatisfação de V. Exa. e não quero polemizar mais o assunto. Como Democrata, como Magistrado, acato o posicionamento do Deputado Valdir Rossoni, mas não concordo, em absoluto, e faço a defesa da TV SINAL, porque, em momento algum, posso discriminar ou admitir que a TV SINAL discrimine este ou aquele Deputado. Se isso ocorresse, interviríamos imediatamente, porque todos os senhores e todas as senhoras são tratados da maneira mais igualitária possível, porque não combina comigo esse tipo de discriminação, ainda mais com pessoas que se dizem e que eu considero minhas amigas. Não posso admitir isso.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

V. Exa. pode não querer e não gostar de me ouvir, muitas vezes. Desculpa, mas tenho o direito e o dever regimental de poder falar. Eu ouvi V. Exa. fazer um pronunciamento, ouvi o pronunciamento do Líder da Oposição e não posso deixar de me manifestar, porque se há uma coisa que devemos prezar, nesta Casa, é o equilíbrio, é a serenidade e, mais do que tudo, é a conquista que tivemos. V. Exa. haverá de ficar na história desta Casa por estar introduzindo modernizações que são realmente estruturais, do ponto de vista da transparência do que acontece. Painel eletrônico, nesta Casa, o fim do voto

secreto, o voto aberto, transparente, o representante pode manifestar seu ponto de vista mesmo e todo mundo saber seu posicionamento, e a TV SINAL que é um patrimônio da democracia que nós construímos, neste Parlamento e neste estado do Paraná.

Quero dizer a V. Exa. que, às vezes, tenho até divergências pontuais, mas veja, temos que reconhecer, aqui, que essa equipe que dirige e que toca a TV SINAL é de gente qualificada. São profissionais que argumentam, inclusive, para poder extrair de cada um aqui até, muitas vezes, aquilo que você necessariamente até não gostaria de abordar, mas aborda por conta que exerce com imparcialidade o jornalismo que, na minha avaliação, não é para poder fazer propaganda de Parlamentar, nem especificamente do Parlamento, mas é para divulgar aquilo que aqui acontece entre os representantes do povo paranaense.

Quero manifestar não especificamente a V. Exa., porque creio que V. Exa. conduz esta Casa com absoluta imparcialidade, até o seu processo de formação é justamente esse. Agora, quero manifestar a minha solidariedade aos profissionais que compõem a TV SINAL, que são profissionais que fazem uma bela televisão e dão um grande exemplo. A nossa TV é, hoje, uma TV exemplo para o resto do país, porque tem gente competente trabalhando. Quero manifestar minha integral solidariedade a esses profissionais e, também, claro, a V. Exa., à Mesa que V. Exa. preside nesta Casa.

Entendo que as divergências políticas, aqui, têm que ser tratadas num debate político e não levar para um campo que, na minha avaliação, é muito perigoso, Deputado Elio Rusch, porque hoje mesmo, pela manhã, V. Exa., o Deputado Douglas Fabrício, o Secretário Tizzot e eu estávamos lá gravando na TV SINAL um programa para fazer um debate. Fizemos um debate acalorado até, sobre a questão do pedágio nas rodovias paranaenses. Entendo que aqui nesta Casa, pelo que tenho visto na programação, há um absoluto equilíbrio.

Gostaria de ter maior participação, mas entendo que todos têm que participar, igualmente, da programação da TV, e é importante que cada um possa expor aquilo que de melhor tem e acho que é um direito de manifestação do Deputado Rossoni. Mas ao mesmo tempo temos que recolocar as questões, aqui, porque as conquistas que tivemos, que V. Exa. é o responsável, temos que aplaudir, porque esta Casa foi por muito tempo dirigida de uma forma autoritária. V. Exa. é um Presidente democrático, que respeita cada Parlamentar, o Regimento e a Constituição do Estado do Paraná. É difícil arrumar alguém que podendo, às vezes, extrapolar o poder não o faz, e faz da forma que V. Exa. o faz.

Por isso, meus parabéns a V. Exa. e contem todos os profissionais com a minha solidariedade.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Ressaltar essa questão que o Deputado Rossoni e também o Deputado Romanelli estão colocando. Deixar claro que não é uma questão de Situação e Oposição. Quando se fala na TV SINAL, desde o primeiro momento eu colocava isso como um compromisso de campanha, para trazer cada vez mais as informações à população sobre o que acontece nesta Casa. Faltam palavras para dizer o que é a TV SINAL. V. Exa. está de parabéns. Os profissionais da TV SINAL sempre tiveram o maior respeito com este Parlamentar e para com os demais.

Tenho alguns questionamentos. Ontem, à questão da Bancada do PPS, não participou do sorteio e deveria ter participado. Mas respeito a sua posição e sei que é muito difícil de trabalhar, quando se têm 54 Deputados. V. Exa. está fazendo um excelente trabalho, como também os profissionais da TV Assembléia.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1780, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando ausência em Plenário no dia 02/07/08 para o Deputado Ney Leprevost, por motivo de reunião com Diretores de hospitais, na condição de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 1785, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Deputados Pastor Edson Praczyk, Enio Verri, Pedro Ivo e da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 856/07, item 06 da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

## **1ª Discussão (Preferência de Votação)**

### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 856/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com Banco Postal. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CS. (Publ. no DA nº 160/07, de 11/12/07, em Projetos de Lei).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 856/07

#### P A R E C E R :

##### **Do Projeto**

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com Banco Postal.

##### **Do Banco Postal**

Através da Resolução 2707/00, alterada pelas Resoluções 3110/03 e 3153/03, do Banco Central do Brasil - BACEN e, da Portaria 588/00, do Ministério das Comunicações, foi criado o denominado Banco Postal, permitindo que agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT em todo o país desempenhassem algumas operações bancárias.

Em 24/09/01, precedido de processo seletivo, a ECT e o Bradesco, celebraram contrato de prestação de serviços de correspondente bancário, assim, as agências dos correios passaram a funcionar como extensão da instituição financeira, com atribuição de executar serviços bancários, tais como, abertura de contas, realização de depósitos e saques, recebimentos de pagamentos, concessão de empréstimos e financiamentos e cobrança de títulos, entre outros.

Em princípio a implantação dos postos do Banco Postal se daria em comunidades distantes e de difícil acesso, desprovidos de agências bancárias, como de fato ocorreu, mas, atualmente, até em grandes centros têm sido implementados, trazendo consigo, os perigos de segurança inerentes à movimentação de valores.

##### **Do Parecer sobre a Constitucionalidade e Legalidade**

Preliminarmente, se faz necessário esclarecer, que a presente proposta não está legislando sobre serviço postal e nem sobre sistema financeiro ou monetário, que são matérias de competência privativa da união, e sim, sobre segurança e relação de consumo nas agências dos correios que possuem banco postal.

Nos capítulos em que trata dos direitos e garantias fundamentais e dos direitos sociais, a Constituição Federal determina:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

(...)

*Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;*

Embora não exista legislação específica dispondo sobre esta matéria, em diversas demandas judiciais se tem discutido a aplicação, por analogia, da Lei Federal nº 7102, de 20/06/83, ao Banco Postal da ECT, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros e estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, que prevê:

*Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta lei.*

*Parágrafo Único. Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupanças, suas agências, subagências e seções.*

*Art. 2º O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:*

*I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes;*

*II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e*

*III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.*

Estes dispositivos se referem à obrigatoriedade de possuir sistema de segurança para qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, incluindo equipamentos eletrônicos, que, por analogia deveria ser aplicado ao Banco Postal, já que, seus empregados lidam com circulação de valores, ficando expostos aos perigos de assaltos, como já tem acontecido aqui no Paraná. Se os bancários estão protegidos com normas de segurança, por que não haveriam de merecer proteção também os trabalhadores dos correios que desempenham função similar?

Para analisar a constitucionalidade e legalidade da proposta, objeto deste parecer, nos socorremos das decisões dos Tribunais em demandas que questionam leis estaduais e municipais que legislam sobre segurança dentro de bancos, onde há farta jurisprudência confirmando que se trata de interesse local, portanto, de competência dos estados e municípios, como demonstraremos a seguir (com destaques):

**Do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:**

Bancos do Rio terão que cumprir leis que protegem o consumidor.

Por unanimidade, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio declarou a constitucionalidade de seis leis estaduais e municipais que visam garantir a proteção do consumidor dentro dos bancos. Elas obrigam as agências a instalar cadeiras para idosos, gestantes e deficientes físicos, ter banheiros e bebedouros públicos, colocar segurança e câmeras nos caixas eletrônicos e a atender os clientes em, no máximo, 20 minutos.

A Arguição de Inconstitucionalidade foi provocada pela 8ª Câmara Cível do TJRJ, tendo por base um mandado de segurança impetrado pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). A instituição pretendia anular as multas e os autos de infração aplicados contra seus associados. Segundo a FEBRABAN, as leis seriam inconstitucionais pois invadiriam a competência da união para legislar sobre o sistema financeiro, como prevê o artigo 192 da Constituição Federal e a Lei 4595/64.

Os argumentos, porém, não foram suficientes para convencer o Relator do processo, Desembargador Fabrício Bandeira Filho. Segundo ele, longe de dispor sobre a invasão da competência federal, as leis questionadas se limitaram a disciplinar assunto de interesse evidentemente estadual e municipal, para propiciar melhor atendimento à população local, o que também está previsto na Constituição, nos artigos 30 e 24, inciso 5º.

*Não se entende o que banheiros e bebedouros tenham a ver com a fiscalização financeira. As leis estaduais e municipais apenas se ativeram à exigência de preservação da segurança do consumidor”, afirmou Fabrício Bandeira Filho, que foi seguido em seu voto pelos demais Desembargadores do Órgão Especial.<sup>1</sup>*

**Do Supremo Tribunal Federal - STF:**

AI-AgR 574296/RS - Rio Grande do Sul

AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Relator(a): Min. GILMAR MENDES

Julgamento: 23/05/06 Órgão Julgador: Segunda Turma

EMENTA:

Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Recurso que não demonstra o desacerto da decisão agravada, proferida em consonância com entendimento desta Corte. 3. Agências bancárias. Instalações de equipamentos de segurança. Competência legislativa municipal. Interesse local. Precedentes.

4. Art. 93, IX, da Constituição. Ofensa não configurada. Acórdão devidamente fundamentado. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.

AI-AgR 491420/SP - São Paulo

AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Relator(a): Min. Cezar Peluso

Julgamento: 21/02/06 Órgão Julgador: Primeira Turma

EMENTAS:

1. RECURSO. Agravo de instrumento. Inadmissibilidade. Peça obrigatória. Procuração outorgada à advogada da parte agravada. Ausência. Não configuração. Conhecimento do agravo. Deve conhecido agravo, quando lhe não falte peça à instrução, sem que isso implique consistência do recurso extraordinário. 2. RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Competência legislativa. Município. Edificações. Bancos. Equipamentos de segurança. Portas eletrônicas. Agravo desprovido. Inteligência do artigo 30, I, e 192, I, da CF. Precedentes. Os municípios são competentes para legislar sobre questões que respeite a edificações ou construções realizadas no seu território, assim como sobre assuntos relacionados à exigência de equipamentos de segurança, em imóveis destinados a atendimento ao público.

RE-AgR 312050/MS - Mato Grosso do Sul

AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator (a): Min. CELSO DE MELLO

Julgamento: 05/04/05 Órgão Julgador: Segunda Turma

EMENTA:

Estabelecimentos bancários - competência do município para, mediante lei, obrigar as Instituições Financeiras a instalar, em suas agências, dispositivos de segurança - inoccorrência de usurpação da competência Legislativa Federal - Recurso Improvido. O município dispõe de competência, para, com apoio no poder autônomo que lhe confere a Constituição da República, exigir, mediante lei formal, a instalação, em estabelecimentos bancários, dos pertinentes equipamentos de segurança, tais, como portas eletrônicas ou câmeras filmadoras, sem que o exercício dessa atribuição institucional, fundada em título constitucional específico (CF, artigo 30, I), importe em conflito com as prerrogativas fiscalizadoras do Banco Central do Brasil. Precedentes.

RE-AgR 427463/RO - Rondônia

AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator (a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 14/03/06 Órgão Julgador: Primeira Turma

EMENTA:

Agravo Regimental no Recurso Extraordinário. Agências Bancárias. Tempo de atendimento ao público. Competência. Município. Artigo 30, I,

1. Notícia publicada em 05/10/06, em <http://srv85.tj.rj.gov.br/publicador/noticiasweb.do>

CB/88. Funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Artigos 192 e 48, XIII, da CB/88. 1. O município, ao legislar sobre o tempo de atendimento ao público nas agências bancárias estabelecidas em seu território, exerce competência a ele atribuída pelo artigo 30, I, da CB/88. 2. A matéria não diz respeito ao funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (artigos 192 e 48, XIII, da CB/88) 3. Matéria de interesse local. Agravo regimental improvido.

Assim como os Tribunais têm firmado entendimento segundo o qual não é de competência exclusiva da união legislar sobre temas ligados à atividade bancária, entre eles, a instalação de portas eletrônicas, conseqüentemente temos que concluir que, analogamente, a proposição ora analisada, também não está invadindo a iniciativa da união, visto que, ficou demonstrado que a proposta diz respeito à matéria de interesse local do estado, qual seja, a segurança nas agências dos correios com Banco Postal.

#### **Conclusão**

Por tudo o exposto, se conclui que, o Projeto de Lei nº 856/07 está em conformidade com a constitucionalidade e legalidade, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

#### **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 856/07**

#### **P A R E C E R :**

De autoria do Deputado Tadeu Veneri o presente Projeto de Lei torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com Banco Postal.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça recebendo parecer favorável.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, entende que as agências dos correios se transformaram em bancos, sendo realizado todas as operações bancárias, inclusive depósitos de somas expressivas em dinheiro, saques, transferências e pagamentos de benefícios do INSS.

Tal proposta beneficiará a população, pois com o dispositivo de segurança instalado, os funcionários e cidadãos estarão mais protegidos da violência urbana.

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 856/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/03/08.

(aa) MAURO MORAES - Presidente  
NEY LEPREVOST - Relator

**Em discussão. Em votação.**

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitei que fizéssemos inversão de pauta, porque estão aqui hoje os funcionários dos Correios. Esse projeto teve em primeiro momento, Deputado Luiz Carlos Martins, paracer da CCJ, mas não quisemos colocar em votação, porque no dia que colocaríamos em votação havia um questionamento feito pelo nobre Deputado Edson Praczyk. A partir dali fizemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma Audiência Pública, trazendo nesta Assembléia o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, membros da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. A direção e a parte dos Correios, estiveram aqui conosco e todos foram unânimes em entender, que é preciso que criemos mecanismos de segurança dentro das agências dos Correios, estas agências que têm hoje o Banco Postal. Tivemos a partir dali uma série de questionamentos e uma série de debates, feitos com profissionais da área porque entendemos o seguinte: tínhamos algumas dúvidas com relação a possibilidade de instalar portas em todas as agências dos Correios. Mesmo naquelas que têm o Banco Postal.

Entendo que vamos fazer a primeira votação e peço o apoio dos Srs. Deputados, das Sras. Deputadas, para que possamos aprovar a constitucionalidade do projeto no dia de hoje. Se na 2ª votação, na seqüência, houver entendimento que apresentemos emendas, podemos fazer as emendas, voltar a fazer esse debate. Esse processo já teve, inclusive, o parecer favorável dos Deputados Marcelo Rangel, Douglas Fabrício.

Quero pedir a todos os Deputados, que votem favoravelmente. Estão aqui os representantes de todas as agências dos Correios do Paraná. Hoje, na parte da manhã, estiveram com o Presidente Lula, o Presidente do Sindicato, que está em greve. Quero cumprimentá-los pela insistência e por terem falado com o Presidente. Foi difícil e quantas pessoas tentaram criar uma barreira, Sr. Presidente, para que os servidores dos Correios não pudessem falar com o Presidente da República. E o Presidente da República num gesto extremamente democrático, ao encerrar a sua entrevista coletiva, veio falar com os funcionários dos Correios, se comprometeu a resolver a pendência que está havendo, por conta do não cumprimento do acordo feito há alguns meses atrás. Espero que possamos ter essa pendência rapidamente resolvida. Os trabalhadores fazem greve porque necessitam dela como instrumento legítimo de democracia.

Mas, acho que hoje é um dia de festa, porque além de terem conseguido falar com o Presidente Lula, além de ter sido vislumbrada a possibilidade de termos uma solução de uma greve que é nacional, podemos agora ter a votação desse projeto. A primeira votação, mas que irá sem dúvida, trazer condições de segurança para que os trabalhadores e usuários dos Correios não fiquem mais vulneráveis, como estão hoje.



Hoje, para quem não sabe, as agências têm o Banco Postal. E o Banco Postal envolve somas vultosas em determinadas agências. O que estamos fazendo é abrindo um debate para que os Correios providenciem equipamentos de segurança, assim como já fazem os bancos.

Encerro e quero solicitar aos nobres Pares, voto favorável porque já houve o entendimento na CCJ, favorável ao projeto. Fizemos a Audiência Pública, tivemos a presença da direção do Correio, do Secretário de Segurança Pública, que mandou representante, da Polícia Federal, do Ministério Público do Trabalho e todos foram unânimes.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)**

Para encaminhar, Deputado Antonio Belinati.

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas Parlamentares, comitê de imprensa, visitantes, funcionários e funcionárias dos Correios, que nos honram com a visita nesta tarde.

A nossa posição, nobres Pares, e também do nosso Partido, o Partido Progressista, é de total apoio a iniciativa Parlamentar do nobre e brilhante colega Tadeu, já foi dimensionado que nas agências dos Correios e em muitas delas se mexe com muito dinheiro e quando falamos em Correios me lembro que uma pesquisa nacional apontou, que os Correios é a instituição mais simpática aos olhos do povo brasileiro. E uma pesquisa, em segundo plano, o Corpo de Bombeiros.

Quando falamos em Correios, muitas vezes enalteçemos o trabalho do carteiro - o carteiro que anda - adquire varizes, pega câncer de pele no sol. Está cheio de carteiro aí, coitado, com câncer de pele de tanto andar no sol, carteiro que leva carreirão de cachorro, carteiro que já foi mordido por cachorro, carteiro que traz boa notícia e que traz também aquelas notícias que quase ninguém gosta, aviso do cartório de protesto, do Poder Judiciário, mas aí não é culpa do carteiro. Eu já vi gente brigar com o carteiro que levou carta do cartório de protesto - o que tem a ver o carteiro se o cidadão pagou ou não pagou a sua conta?

Mas tem um lado dessas simpatias que são os carteiros, trabalhar no sol, às vezes até o carteiro não está bem de saúde, mas tem que cumprir o seu dever, e olha que aquele saco de correspondência que o carteiro carrega - muitos, com o tempo - acabam até tendo problema de saúde, acabam até andando meio inclinado porque pesa, chega a pesar, mas ao lado do respeito aos carteiros tem também a gratidão aos funcionários e funcionárias das agências dos Correios e nós temos, sim, como Parlamentares, o dever de dar a nossa contribuição no sentido de criar mecanismos visando garantir a vida, a segurança de quem trabalha nas agências dos Correios.

De vez em quando pinta a notícia no Brasil, inclusive no Paraná e na minha cidade de Londrina, de assalto em agências dos Correios, que terminou até com morte.

Por isto, acho que a aprovação deste projeto vai dar um pouco, pelo menos parte da segurança que os funcionários e funcionárias dos Correios são merecedores.

E por último, quero lamentar a enrolação do Governo Federal em cima dos funcionários dos Correios. Estão fazendo de bobos os funcionários. Como é feito uma autoridade, Diretor de Correio tapear, enganar: "Olha, vocês voltem para o trabalho que vamos atender a reivindicação de vocês". Tudo balela! Os funcionários acreditam e voltaram para o trabalho, foram aplaudidos pelo povo brasileiro. Mas, de repente, passou tanto tempo da greve e eles viram que tudo não passava de mais um engodo, de mais uma embrulhação.

É uma pena que o Correio, um instituição tão querida pelo povo brasileiro, com funcionários dedicados, muitas vezes sirva, como já vimos na televisão, para Diretor receber dinheiro, Diretores nomeados por políticos, por Deputados, não para resolver o problema dos funcionários, mas para embolsar propina, para extorquir dinheiro, usando, sujando e manchando o nome dos Correios, como vimos.

E mais grave ainda é esse termo de compromisso que foi assinado dia 20 de junho de 2007 - já, já vai completar um ano - vamos ter que fazer um bolo, levar lá para o Lula assoprar a velinha. Este acordo que já vai completar um ano foi assinado pelo Ministro Hélio Costa, pelo Presidente Lula. Presidente, mas a sua assinatura não está valendo nada? O senhor coloca a assinatura e não cumpre?

Então, queremos aqui dar o apoio também aos funcionários dos Correios sobre esse adicional de 30%, o adicional de risco de 30% para os funcionários dos Correios e também a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Se o Presidente Lula botou a assinatura ele tem que honrar! Diretor dos Correios botou assinatura, assumiu compromisso com os funcionários dos Correios, fica feio para o Presidente, fica feio para o Diretor dos Correios enganar uma categoria que merece todo nosso respeito! Nosso apoio aos funcionários dos Correios e que eles consigam seus objetivos.

Obrigado.

**SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse Deputado Belinati é um campeão. Fico impressionado de ver, eu digo que ele é uma escola de comunicação, não é à-toa que filho de ferroviário já por três vezes foi Prefeito de Londrina, Deputado Estadual, Deputado Federal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais companheiros, houve na primeira vez que este projeto constou na Ordem do Dia uma discussão sobre a constitucionalidade desse projeto. Esse tema não está superado, vamos ser realistas, não é porque hoje, temos aqui a felicidade de receber estes profissionais que atuam em todo estado, que vamos deixar de reconhecer que este projeto tem um vício de constitucionalidade. Ou seja, aparentemente o projeto não pode ser feito por um Legislador Estadual vinculado a atividade como do Banco Postal.

Bom, coloco isso porque na condição de Líder do Governo tenho que, responsavelmente, encaminhar o tema do ponto de vista da constitucionalidade que é o que estamos votando. Mas quero registrar aqui que recebi do Secretário de Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, uma informação favorável ao projeto. O Secretário de Segurança Pública informa, que o projeto em tela é um projeto que vai amenizar os problemas com assaltos que se tornaram mais constantes pelo volume de operações bancárias como depósitos, saques, transferências, pagamentos de benefícios do INSS nas agências de Correios do estado do Paraná.

Qual é a fundamentação aqui? A Secretaria de Segurança Pública entende que temos hoje uma tecnologia que é possível ser utilizada para poder, de fato, coibir esses eventos, ou seja os assaltos que têm acontecido e garantir tanto a segurança dos usuários quanto dos funcionários dos Correios, que desempenham com dignidade suas atividades.

Então, quero pedir a nossa Bancada, a Bancada do PMDB, do PT, aos demais integrantes dessa Casa para que possamos superar essa questão que envolve a constitucionalidade. Entendo que há também uma controvérsia, ou seja, a direção do Correio argumenta que não é operacionalmente possível, certamente vocês que estão aqui que são profissionais devem acreditar que é possível sim, que as pessoas vão de qualquer forma continuar indo as agências dos Correios e, mesmo com as portas de segurança eletrônica elas criarão condições para as pessoas poderem transitar e fazer operações no Banco Postal. Com isso, pelo menos vai se garantir, tentar dar maior segurança a todos os profissionais que atuam e também aos usuários.

Então, mesmo com esta questão da constitucionalidade que poderá ser melhor analisada, tenho aqui que encaminhar, por conta do parecer que recebi do Secretário de Segurança Pública, um parecer favorável que a nossa Bancada vote pela aprovação desse projeto.

É isso, Sr. Presidente, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)**

Último orador inscrito, Deputado Stephanes Júnior com a palavra.

**O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, os nossos funcionários dos Correios que tanto nos orgulham. Vim aqui encaminhar favoravelmente, Tadeu Veneri. As pessoas estão brincando que hoje, eu tomei um antialérgico, porque estive com o Presidente Lula e com o pessoal do PT. Mas, na realidade Lula agiu como estadista no lançamento do programa de agricultura, hoje, um exemplo para o Brasil.

Voto nesse projeto favoravelmente com muita tranquilidade, porque a segurança é importante. Às vezes, escuto que a questão da legalidade, eu não vejo ilegalidade nenhuma nisso de estarmos legislando sobre esse assunto. Por mais que haja uma questão dubia, esse assunto Segurança é nossa função sim. Tadeu Veneri vou votar no projeto do PT então.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)**

Para encaminhar o Deputado Luiz Malucelli.

**O SR. LUIZ MALUCELLI (PSDB) (Para Encaminhar)**

Boa-tarde, Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, senhores e senhoras do nosso tão honrado Correio Nacional.

Queria, antes de mais nada, parabenizá-los por estarem aqui defendendo esse importante pleito. Tive o prazer de estar, há 15 dias atrás, com o Prefeito Beto Richa, na inauguração em homenagem aos senhores e as senhoras, a Praça dos Correios lá no Ecoville. Uma homenagem maravilhosa que a Prefeitura Municipal de Curitiba fez aos senhores carteiros, que faça chuva ou faça sol, eles estão na porta das nossas casas trazendo, seja notícia boa ou notícia ruim, seja até a conta para pagar, ou seja uma mensagem de ente querido.

Por isso, também faço parte daqueles que querem, sim, a aprovação desse projeto, porque é mais do que merecido. Até porque, Sr. Presidente, o mundo evolui, aqueles que voavam há tempos atrás para o exterior passavam, simplesmente, por um raio-X normal, ao embarcar num avião, ou até num vôo estadual. Hoje passa-se dois, três, quatro, cinco vezes por máquinas de raio-X, há que se tirar o cinco, o tênis, há que se mostrar praticamente quase nu para embarcar num avião.

Por que só a classe A, a classe alta tem o direito de entrar num avião com segurança? Por que os Correios não têm esse mesmo direito? Porque evoluíram. Antigamente, íamos a uma agência dos Correios, simplesmente para colocar uma carta, para carimbar um SEDEX, enfim. Hoje, virou praticamente uma agência bancária. Por isso merece, sim, o apóio desta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)**

Está encerrada a discussão. Em votação.

Pela ordem o Deputado Tadeu Veneri.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Solicito apenas que seja zerado o painel, até a pedido dos Deputados, para que seja votado nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)**

Determino que seja zerado o painel.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis votem com a expressão SIM e os contrários, com a expressão NÃO. Em votação.

**O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, antes de começar a votação, queria pedir a V. Exa. que há uma reunião na sala ao lado, os Deputados estão entrando agora, aqui no plenário, e já temos quórum qualificado, suficiente para dar início à votação.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Está iniciada a votação. Encerrada a votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito de V. Exa. que por alguns instantes ainda possa deixar a votação em aberto, porque todos temos interesses em que haja aprovação deste projeto e muitos Deputados não estão aqui. Estão aí ao lado.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Concordo, Deputado.

32 Deputados presentes. Trinta e um votaram com a expressão SIM. Está **aprovado o projeto, por unanimidade**.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para agradecer todos os Srs. Deputados que votaram o projeto, porque certamente este não é um projeto do Deputado. É um projeto da Assembleia Legislativa e, na sequência, como aqui disse o Deputado Luiz Claudio Romanelli, vamos buscar aprimorar o projeto, para que todos possam ser contemplados.

Então, quero agradecer, em nome de todos os Deputados, e agradecer também aos servidores dos Correios que aqui estão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 039/08, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual, a Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais com sede e foro no município de Pinhais. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 039/08  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Rádio Comunitária Nova Pinhais - ARCONOP, com sede e foro no município de Pinhais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 060/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública, a Associação Assistencial e Promocional Nossa Senhora Pastora, com sede e foro no município de Tapejara, estado do Paraná. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 060/08  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Assistencial e Promocional Nossa Senhora Pastora, com sede no município de Tapejara e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

## ***3ª Discussão***

### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de utilidade pública, a Associação dos Pequenos Agricultores de Cascavel - APAC, com sede e foro em Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

## ***2ª Discussão***

### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 691/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, dá nova redação à Lei nº 14087, de 11/09/03, que institui o Programa Luz Fraterna. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ.

Está em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

## ***1ª Discussão***

### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 778/07, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Hylo Francisco Bresolin. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 140/08, de 31/10/07, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 778/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto apresentado pelo Deputado Edgar Bueno propõe a distinção honorífica ao Sr. Hylo Francisco Bresolin, nascido em 02/02/31 na cidade de Espumoso (RS). Formado em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, exerceu a profissão até obter aposentadoria. Sua família chegou a Cascavel no ano de 1974, passando a desenvolver notáveis ações junto à comunidade local e regional. Entre importantes funções que ocupou registra-se a de Presidente da ACIC (Associação Comercial e Indústria de Cascavel), fundador da CACIO-PAR (Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná), um dos fundadores da FERROESTE, curador do Conselho da antiga FECIVEL (atual UNIOESTE), Vice-Presidente do Conselho Superior da FACIAP (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná) e há 18 anos Presidente do CEMIC (Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade Renato Festugatto).

**Fundamentação**

Pela Lei nº 13115 de 14/02/01 em seu artigo 1º é concedido o título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos enumerados nesta lei. Assim dispõe o artigo 1º:

*Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;*

*II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;*

*III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;*

*IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;*

*V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.*

Quanto à competência legislativa a mesma lei em seu artigo 2º assim dispõe:

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.*

**No Mérito**

Ante ao exposto verifica-se a plena competência aferida a esta Casa para iniciativa do presente projeto de lei.

Quanto aos requisitos exigidos para a titulação o homenageado indiscutivelmente pelo currículo apresentado e pelos relevantes serviços prestados a sociedade paranaense, enquadra-se perfeitamente nos termos da Lei nº 13115 de 14/02/01.

**Conclusão**

Diante da constitucionalidade, legalidade e estando o presente projeto de lei enquadrado dentro dos parâmetros da boa técnica legislativa previstos na Lei nº 095/98, somos de parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13/11/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

**Em discussão. Em votação**

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente e Srs. Deputados, em oito anos de Assembleia Legislativa, apresentei a esta Casa apenas dois títulos de Cidadão Honorário, sendo um deles para Dom Armando Sório, Arcebispo aposentado de Cascavel, que tinha título. Então, portanto, apresento um só, para o Dr. Hylo Francisco Bresolin, uma pessoa muito querida em Cascavel, tanto no meio empresarial como no meio social, um homem que merece todo o respeito desta Casa e merece esse título.

O Dr. Hylo Francisco Bresolin nasceu em 02 de fevereiro de 1931, na cidade de Espumoso. Formado em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, exerceu a profissão até obter a aposentadoria. Sua família chegou em Cascavel no ano de 1974, passando a desenvolver notáveis ações junto à comunidade local e regional.

Entre importantes funções que ocupou, registra-se a de Presidente da ACIC (Associação Comercial e Industrial de Cascavel), fundador da CACIOPAR (Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná), um dos fundadores da FERROESTE, curador do Conselho da antiga FACIVEL (atual UNIOESTE), Vice-Presidente do Conselho Superior da FACIAP (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná) e há 20 anos Presidente do CEMIC (Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade Renato Festugatto).

Esse último é um educandário que abriga mais de 400 crianças carentes da sociedade, que funciona como educação em tempo integral, onde é oferecido alimentação, formação e cursos extracurriculares. Enfim, o o Dr. Hylo Bresolin é considerado uma pessoa dessa magnitude em Cascavel. Portanto, quando apresentei o projeto tive mais de 50 assinaturas e só não assinaram os Deputados que não estavam presentes, mas os demais Deputados estão aqui neste projeto. Então, gostaria de pedir a compreensão de todos para que pudessemos aprovar esse título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao o Dr. Hylo Francisco Bresolin. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Está em votação o projeto.

Encerrada a votação. Trinta e um presentes e trinta

**SIM. Aprovado por unanimidade.**

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus e Luiz Claudio Romanelli, que institui o Programa de recuperação de Créditos PRC, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/08, de 14/02/08, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 023/08

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei apresentado pelos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus e Luiz Claudio Romanelli tem o objetivo de criar o Programa de Recuperação de Créditos das operações de titularidade do estado do Paraná, adquiridos pela privatização do Banco do Estado do Paraná e do Fundo de Desenvolvimento Econômico, visando tornar viável a regularização dos débitos e demais acréscimos legais, inclusive os ajuizados.

##### Fundamentação

O projeto de lei em análise objetiva regularizar definitivamente a relação jurídica havida entre o estado do Paraná e os mutuários cujos contratos são oriundos do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, bem como os de titularidade do Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE.

Os devedores firmaram contratos com o BANESTADO em época em que a conjuntura econômica do Brasil, impulsionada por um alto índice inflacionário, fez com que o empréstimo por eles contraídos se tornasse muito elevado, ao ponto de que a grande maioria dos mutuários até hoje não conseguiu quitá-la.

Neste passo, a presente proposta legislativa visa a facilitação da amortização e parcelamento da dívida já constituída, inclusive no que tange aqueles devedores que já ingressaram com medida judicial pretendendo a diminuição do valor cobrado, beneficiando assim diversos ramos da economia paranaense.

Acerca do tema sob análise observe-se que a competência do estado pode ser aferida por conta do que determina a Constituição Estadual em seu artigo 13, *in verbis*:

*Art. 13. Compete ao estado, concorrentemente com a união legislar sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (grifo nosso)*

O Direito econômico é um novo ramo do Direito, preceituado na Constituição Federal em seu título VII, que trata “Da Ordem Econômica e Financeira”, tendo em seu conceito definido como o “o ramo do Direito que tem por objeto a regulamentação da política econômica e por sujeito o agente que dela participe.<sup>1</sup>”

Assim sendo, pode-se defini-lo como “o conjunto de normas de conteúdo econômico que asseguram a defesa e harmonia dos interesses individuais e coletivos, de acordo com a ideologia adotada na ordem jurídica.<sup>2</sup>”

A atuação estatal nesta área do Direito é, portanto, como bem salienta José Afonso da Silva “Nada menos que uma tentativa de por ordem na vida econômica e social, de arrumar a desordem que provinha do liberalismo.”

O jurista ainda aponta “efeitos especiais” a esta intervenção do estado, assim estendidos como todos “os condicionamentos à atividade econômica, do que derivam os direitos econômicos, que consubstanciam o conteúdo da constituição econômica.

Feitas estas elucidações resta claro, portanto a legitimidade do estado na propositura de projeto de lei que vise a readequação de vários setores da economia, de modo a restabelecer o equilíbrio econômico, que resta ameaçado diante das exorbitantes dívidas derivadas de contratos de mútuo firmados com o Banco BANESTADO e o Fundo de Desenvolvimento Econômica.

Finalmente, no que tange à análise da técnica legislativa, denota-se que o projeto de lei não encontra óbice na Lei Complementar 095/98, que dispõe sobre a redação e elaboração das leis. Considera-se, assim, igualmente em consonância com os ditames legais que lhe são concernentes.

##### Conclusão

Diante do exposto, tendo em vista a plena constitucionalidade e legalidade do projeto ora em exame, opinamos pela sua aprovação, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 11/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 023/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 2º e 141, II, fica suprimida parte da redação do artigo 4º do Projeto de Lei nº 023/08, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos - PRC, das operações de titularidade do estado do Paraná adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S.A., denominado “Ativos” e do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, com o objetivo de tornar viável a regularização dos débitos e demais acréscimos legais, inclusive os ajuizados.

1.SILVEIRA, Cláudia Maria Toledo. Direito Econômico e cidadania. Jus Navigandi: Teresina, ano 1, n. 20, out. 1997. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=80>>. Acesso em: 10/06/08.

2.Ibiden loc.cit.

Parágrafo Único. O programa será administrado pela Agência de Fomento do Paraná S.A.

Art. 2º O ingresso no programa dar-se-á por opção do devedor principal, devedor solidário ou assuntor, que fará jus a regime especial de consolidação, quitação e parcelamento dos débitos a que se refere o artigo 1º.

§ 1º A opção poderá ser formalizada até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da publicação desta lei.

§ 2º Os débitos existentes serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no Programa de Recuperação de Crédito-PRC.

§ 3º Realizada a consolidação dos contratos vigentes, os que estiverem em situação de inadimplência, serão recalculados mediante correção monetária pela Taxa Referencial-TR, a partir da primeira inadimplência, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, excluídas quaisquer penalidades e encargos acessórios, passando este a ser o valor devido.

§ 4º A partir da consolidação do débito e consequente recálculo, fica ele sujeito a correção monetária pela Taxa Referencial - TR, acrescido de juros de 3% (três por cento) ao ano.

§ 5º O optante em situação de inadimplência poderá solicitar que seus contratos sejam corrigidos pela Taxa Referencial-TR, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano em substituição aos encargos vigentes, a partir da adesão ao Programa de Recuperação de Créditos-PRC.

Art. 3º O saldo devedor consolidado poderá ser repactuado e amortizado no prazo máximo e improrrogável de até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, vedada a concessão de carência, conforme requerido pelo optante.

Parágrafo Único. O optante que comprovar a sazonalidade de sua atividade precípua poderá solicitar que a forma de pagamento seja diversa da mensal, respeitando o prazo máximo de 10 (dez) dias, devendo ser efetuado, no mínimo, um pagamento anual.

Art. 4º A competência para deferir a repactuação prevista nesta lei é do Comitê de Gestão e Controle.

Parágrafo Único. Em se tratando de operações ajuizadas de titularidade do estado do Paraná, originárias do Banco do Estado do Paraná S.A., denominado "Ativos" após o deferimento pelo Comitê de Gestão e Controle, o procedimento será encaminhado ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná para deliberação final.

Art. 5º A adesão ao Programa de Recuperação de Créditos-PRC implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos, assim como, exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso

administrativo ou ação judicial para discussão dos contratos repactuados.

§ 1º No caso de regularização de débitos já ajuizados, a repactuação fica condicionada ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, os honorários advocatícios serão devidos no percentual de até 4% (quatro por cento) calculado sobre o saldo devedor consolidado.

Art. 6º O atraso no pagamento de parcela superior a 90 (noventa) dias, importará na imediata revogação da repactuação, com a exigência do saldo do crédito confessado, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores pagos.

Art. 7º Os benefícios previstos nas Leis nº 14936 e 14937, de 12/12/05, não são cumulativos com o disposto nesta lei.

Parágrafo Único. Os parcelamentos em curso poderão ser rescindidos, a pedido do optante, para que ocorra novo parcelamento nos termos da presente lei.

Art. 8º Os contratos repactuados na forma desta lei poderão ser amortizados mediante compensação com precatórios requisitórios vencidos e inscritos no Orçamento do Estado do Paraná e suas autarquias.

§ 1º A compensação prevista no *caput*, poderá ser total ou parcial, desde que, equivalente a no mínimo 10% (dez por cento) do valor total do débito.

§ 2º A compensação prevista no *caput*, poderá ser efetivada durante o prazo de parcelamento requerido pelo optante.

§ 3º Em sendo a compensação de forma parcial, o saldo remanescente não compensado, será amortizado nas parcelas vicendas restantes do parcelamento.

§ 4º A correção dos valores da dívida a ser compensada e do precatório requisitório apresentado será realizada até a data do protocolo do requerimento de compensação.

§ 5º Os precatórios apresentados para fins de compensação, deverão ser expedidos, processados, deferidos e registrados pelo Tribunal competente, não podendo sobre os mesmos haver pendência de recursos judicial de qualquer espécie.

§ 6º Os precatórios a serem utilizados para fins de compensação, poderão ser próprios ou adquiridos de terceiros, devendo o optante instruir o pedido com:

I - Certidão expedida pelo juízo competente do precatório que se pretende compensar, no caso de créditos originalmente pertencentes ao próprio optante.

II - Escritura Pública de Cessão de Direitos, devidamente homologada pelo juízo da execução, caso o precatório que se pretenda compensar, seja referente a créditos adquiridos de terceiros.

Art. 9º O requerimento para compensação deverá ser protocolado na Agência de Fomento do Paraná S.A., e sujeitar-se-á ao exame de admissibilidade dos precatórios, requisitórios apresentados pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá indeferir-lo, fundamentalmente.

Parágrafo Único. Não sendo admitidos os precatórios requisitórios, o pedido será extinto com a devolução dos documentos apresentados ao optante.

Art. 10. Após a admissibilidade realizada pela Procuradoria Geral do Estado, o requerimento de compensação com precatórios requisitórios será submetido ao Comitê de Gestão e Controle para deliberação.

Parágrafo Único. Comunicado do deferimento do pedido de compensação, o optante, deverá, no prazo de 10 (dez) dias, informar ao Juízo a compensação operacionalizada, apresentando à Agência de Fomento do Paraná S.A. comprovação de tal providência.

Art. 11. Para a extinção da dívida, no caso de compensação com precatórios requisitórios, o optante deverá apresentar à Agência de Fomento do Paraná S.A. a decisão homologatória do Juízo referente à compensação.

Art. 12. A compensação, nos termos desta lei, não será considerada para efeitos de repasse de valores para união, uma forma de arrecadação de valores.

Art. 13. A Secretaria de Estado da Fazenda observará, para fins de assentamentos contábeis da compensação, a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, bem como as eventuais reduções de valores compensados na forma desta lei, ficando o devedor, entretanto, quite com a obrigação compensada.

Art. 14. O disposto nesta lei não se aplica a débitos decorrentes da alienação de bens móveis e imóveis de titularidade do estado do Paraná denominados "Ativos" e daqueles de titularidade do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, efetivados através de processo licitatório.

Art. 15. Ficam revogadas a Lei nº 14606, de 05/01/05 e os Decretos nº 4428, de 01/03/05 e nº 3398, de 23/07/04, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 16. O artigo 5º da Lei Estadual nº 14937 de 12/12/05 passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 5º Os mutuários cujos somatórios dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar, valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) estarão dispensados do pagamento da integralidade de sua dívida.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 023/08

### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 023/08 apresentado pelos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Alexandre Curi, Nelson Justus, dispõe sobre a instituição do Programa de Recuperação de Crédito - PRC, das operações de titularidade do estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S.A., denominado "Ativos" e do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, com o objetivo de tornar viável a regularização dos débitos e demais acréscimos legais, inclusive os ajuizados.

A referida proposição visa regular a relação jurídica entre o estado do Paraná e os mutuários do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, e os de titularidade do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Trata-se de projeto que busca viabilizar a quitação de débitos através do parcelamento da dívida, inclusive no que tange àqueles devedores que já ingressaram com medida judicial pretendendo reduzir o valor cobrado.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável na forma de Emenda Substitutiva Geral.

Diante do exposto, manifesto parecer favorável ao projeto de lei em exame, na forma da Emenda Substitutiva Geral proposta pela Comissão de Constituição e Justiça, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16/06/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a exigência do conhecimento sobre história, geografia e atualidade, nas disciplinas de história e geografia do estado do Paraná no processo seletivo para ingresso nas instituições de ensino superior do estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/08, de 02/04/08, em Projetos de Lei).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 131/08

### P A R E C E R :

#### Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 131/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por escopo exigir conhecimento sobre a história e geografia do estado do Paraná no processo seletivo para ingresso nas instituições de ensino superior do estado do Paraná.

#### Competência e Previsão Legal

É indispensável o dever da análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, onde percebe no artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que os Deputados Estaduais, detêm iniciativa para propor leis ordinárias para a referida aprovação.

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

O artigo 24, inciso IX da Constituição Federal e artigo 13, inciso IX da Constituição Estadual, asseguram, a competência concorrente do estado e união, para legislar sobre a educação, cultura, ensino e desporto, como podemos analisar.

*Art. 24 - Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*IX - educação, cultura, ensino e desporto.*

*Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a união, legislar sobre:*

*IX - educação, cultura, ensino e desporto.*

Pode ser analisado o artigo 179, inciso VI da Constituição Estadual, o qual assegura as atribuições do estado no cumprimento do dever educacional.

*Art. 179. O dever do Poder Público, dentro das atribuições que lhe forem conferidas, será cumprido mediante a garantia de:*

*VI. organização do sistema estadual de ensino.*

Assim, Deputados Estaduais possuem competência legislativa e administrativa, para propor sobre a matéria tratada neste projeto de lei, assegurando regras, bem como, a organização das instituições de ensino do estado do Paraná.

Vislumbra-se ainda, que o presente projeto não ofende os preceitos trazidos no artigo 2º da Constituição Federal, no que tange ao princípio da autonomia dos poderes.

*Art. 2º São Poderes da união, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

Os poderes instituídos na Constituição Federal devem ser observados e obedecidos, o estrito cumprimento e atenção aos princípios emanados dos organismos que compõem todo completo governamental é que estabelecemos a soberania no estado democrático.

Assim, não fere os princípios constitucionais, nem mesmo autonomia das universidades estaduais, ao contrário, pois assegura as instituições de ensino qualidade, transparência no ensino das universidades do estado do Paraná.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto lei, apresentado através de prerrogativas e competência Parlamentar para legislar sobre a proposta de lei estadual, concernente a matéria tratada.

#### **Conclusão**

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

NEREU MOURA - Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 131/08

### P A R E C E R :

#### **Relatório**

Sendo o ensino superior prerrogativa da união, organizado pelo Governo Federal através do MEC, executando programa que promova harmonia entre os estados da federação e elevação da qualidade de ensino.

O processo seletivo elaborado e aplicado sob responsabilidade da instituição de ensino, determinando qual a forma e quais conteúdos a serem solicitados.

#### **Parecer do Relator**

Estimular o conhecimento da cultura da geografia é preservar o que é importante para formação e identidade de um povo bem como ser capaz de propor com mais conteúdo soluções para as dificuldades apresentadas, parecer deste Relator é favorável e pede pela aprovação.

Sala das Comissões, em 12/06/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

BETI PAVIN - Relator

### **Requerimentos**

#### **O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)**

Sobre a mesa Requerimento nº 1779, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Retirado pela autora.**

Requerimento nº 1782, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1788, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra, antecipada do dia 03, para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 165, 261, 267 e 238/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 691/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 778 e 856/07; 023, 131, 276 e 284/08.

Levanta-se a Sessão.



## Portarias DAT



## SUMÁRIO

<b>DIÁRIO Nº 079</b>	
<b>73ª SESSÃO ORDINÁRIA</b>	
<b>SUMÁRIO</b>	
<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>34</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>34</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>34</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	34
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Edgar Bueno .....	35
	Dep. Antonio Belinati.....35
	<b>Ordem do Dia:</b>
	Discussão/Votação
	Redação Final .....37
	3ª Discussão .....37
	2ª Discussão .....37
	1ª Discussão .....38
	<b>Encerramento da Sessão .....39</b>
	<b>Publicações:</b>
	Diretoria Geral
	Portarias .....40

### **DIÁRIO Nº 079**

### **73ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Felipe Lucas, secretariado pelos Srs. Deputados Luiz Malucelli e Luiz Nishimori.

#### **Presenças:**

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Milton Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Pra-

czyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Mauro Moraes, Plauto Miró e Ribas Carli Filho (08).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados: Dr. Batista e Ney Leprevost (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 03 de julho (quinta-feira).

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

#### **Expediente:**

#### **Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 1789

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 856/07, item 07, por cinco Sessões.

Sala das Sessões, 02/07/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoioamento:

Tadeu Veneri.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Passa-se ao Pequeno Expediente. Com a palavra o Sr. Deputado Edgar Bueno, por cinco minutos.

### ***Deputado Edgar Bueno (PDT)***

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Antonio Belinati, Deputado Reni Pereira, Deputada Rosane, Deputado Jocelito, enfim, quero fazer um alerta aqui aos candidatos a Prefeito dos municípios. Eu não sei se em Ponta Grossa vai ter isso, Jocelito, mas em todas as eleições nós acompanhamos e assistimos a guerra das pesquisas. Waldyr Pugliesi, V. Exa., com toda a sua vasta experiência, o senhor acredita nas pesquisas? Em parte, nem sempre. As pesquisas científicas e as pesquisas sérias nós compreendemos, entendemos e acreditamos.

Hoje eu não vou falar aqui se isso me beneficia, se isso me dá prejuízo, mas vou registrar um fato que é importante começarmos a colocar às claras para a população de Cascavel. V. Exa. sabe que eu sou candidato a Prefeito de Cascavel, e temos a primeira pesquisa estampada hoje aqui no jornal Gazeta do Paraná. Tenho que falar dessa pesquisa aqui para mostrar a guerra que vai acontecer. Só vou registrar exatamente o que está aqui no jornal Gazeta do Paraná. As pesquisas espontâneas, uma da Radar, outra da Exata Gepeto. Vamos lá então: a Radar coloca aqui Edgar Bueno com 15.8, a Exata Gepeto coloca com 36.78; a espontânea, para Salazar 12.4, a Exata Gepeto 12.72. Para Chico Menin, a Radar 3.8, a Exata Gepeto 4.37. Para Lisias de Araújo Tomé, a Radar coloca 1.3 e a Exata Gepeto 2.19. Isso na espontânea. Você vejam que a grande mudança aqui está naqueles dois que dizem que será polarizada a questão de Salazar e Edgar Bueno. Aqui é que está a grande mudança de números, os outros números são coerentes, os outros números que não têm muito interesse, Belinati, estão coerentes.

Aí, na estimulada, a Radar aferiu para Edgar Bueno 32.3, a Exata Gepeto aferiu 53.88; para Salazar Barreiros a Radar aferiu 27.4, e a Exata Gepeto 25.65. Aqui até que está razoável. Para o Chico Menin a Exata Gepeto aferiu 8.55 e a Radar 11%. Também está coerente. Para o Dr. Lisias de Araújo Tomé, o atual Prefeito de Cascavel, a Radar coloca aqui 5.7 e a Exata Gepeto 3.98. Então, você veja que a grande aberração está aqui

naqueles que estão sendo os escolhidos pela população para polarizar as eleições de Cascavel. Então, só repetindo, a Radar coloca Edgar Bueno com 32.3 e a Exata Gepeto com 53.88. Eu só estou fazendo um registro, qual das duas está certa eu não sei.

Isso não nos abala, esse tipo de publicação, até porque quem manda é o povo, não se deixa mais abalar e nem se deixa levar por alguns interesses que não são legítimos, transparentes. Isso acontece muito nas eleições do Brasil. Muitas vezes as pessoas levam as cabeças a tomar determinado rumo, manipulando as pesquisas. Deixo isso registrado aqui na Assembléia Legislativa, para a população compreender e saber quem é coerente no jogo das pesquisas eleitorais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati, por cinco minutos.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Felipe Lucas, Deputado Nishimori, nosso grande comandante da festa IMIM 100, pelo sucesso total da festa, pela sua competência e dedicação juntamente com a sua equipe de voluntário.

Deputado Malucelli, Sras. e Srs. Deputados.

Falei ontem aqui da necessidade do Governador Requião melhorar, com urgência, a área de Segurança no Paraná, pagando melhor os policiais da Polícia Civil, Técnica, Criminalística, do Corpo de Bombeiros, os policiais da Polícia Militar, para evitar o que tem acontecido. Tem policial que trabalha, trabalha, chega em casa moído, depois de passar um dia correndo atrás de bandido, que está mais bem armado do que a própria Polícia. Muitas vezes, o policial que ganha pouco está endividado, cheque na praça, prestação para pagar da Magazine Luiza, das Casas Bahia, Riachuelo, da Arapuã, o agiota. Esse policial, muitas vezes, ao invés de ir para cama dormir, enfrentar a jornada de amanhã, à noite, ele fica até altas madrugada trabalhando de segurança em porta de boate, em casa de shows, para poder arranjar um dinheirinho a mais, para tentar sair do sufoco ou para poder oferecer para a esposa, para os filhos, para a família, aquele padrão de vida que é próprio de todo o bom ser humano, que é querer dar uma vida compatível, uma boa vida.

Como é que vamos acabar com esse “bico” que o policial acaba fazendo no Brasil inteiro, de vez em quando se metendo em confusão? Ainda agora, no Rio de Janeiro, um policial de 31 anos de idade, despreparado, foi intervir em uma briga de jovens na porta da boate, sacou do revólver, atirou e matou um jovem de 18 anos. Ele destruiu a sua carreira na Polícia Militar. Por que ele estava trabalhando de madrugada de segurança na boate? Estava fazendo “bico” para tentar sair do aperto finan-

ceiro, que é próprio de uma grande parte dos policiais e também do povo brasileiro.

Volto a apelar para que o Governador Roberto Requião dê um salário compatível com o alto risco que tem a função de policial em nosso Paraná, seja na Polícia Civil, seja na Polícia Militar. Porque pagando bem, com certeza a grande maioria dos policiais não vai mais ficar até de madrugada, trabalhando em porta de boate, às vezes em porta de bordel, infelizmente.

Quando falo sobre Segurança, o professor Aroldo, de Londrina, me disse que ao lado de sua casa mora o Teodoro, o famoso da dupla Teodoro e Sampaio. Outro dia, o Teodoro, meu amigo, começou a carreira quando comecei a minha carreira no rádio em Londrina também, foi assaltado. Parece que os ladrões gostaram de assaltar a casa do sertanejo e voltaram lá para completar a limpa. Assaltaram de novo, duas vezes em poucos dias, como reflexo daquilo que falei, que principalmente na minha cidade de Londrina os londrinenses reclamam, exigem, têm direito, que o Governo do Estado melhore com urgência a Segurança para o nosso povo.

Respeito o pronunciamento do nobre Deputado Edgar Bueno. Parabéns a V. Exa., que lidera todas as pesquisas em Cascavel. Em Londrina, em todos os institutos, eu também, de uma maneira generosa, o povo tem me colocado em 1º lugar no seu coração, para ser o tetra Prefeito de Londrina, porque já fui Prefeito três vezes em Londrina.

Entretanto, pelos 40 anos de experiência, Deputado Edgar Bueno, sabemos que a pesquisa pode ser uma de manhã, de tarde pode ser outra, e à noite ser outra diferente. Por exemplo, nos Estados Unidos, se o Barack Obama está dando uma entrevista coletiva e na hora ele dá um espirro, o Instituto Gallup já vai para a rua para pesquisar se o espirro do Barack Obama ajudou ou piorou na popularidade dele. De repente, tem um horário eleitoral, um candidato é infeliz num pronunciamento, está lá no alto, no topo, e despenca. Já vi muito disso. Dá bola fora, às vezes num debate, numa entrevista coletiva, num boato maldoso que o adversário lança e pega contra o candidato.

Então, é gostoso estar em 1º lugar na pesquisa, lógico que é. Sempre tem uma desculpa, aquele que está em último lugar diz: “Você vê, nem comecei a minha campanha e já estou com 2%, 3%. Nem botei o meu bloco na rua”. Tem sempre aquela conversa fiada para justificar. Quase toda pesquisa se explica, mas o fundamental é a sugestão que dou a todos os candidatos a Prefeito, a todos os candidatos a Vereador, estar em 1º lugar na pesquisa é bom, mas trabalhem, visitem o povo, conversem com o povo, apresentem propostas objetivas visando melhorar a qualidade de vida da nossa população. É isso, se você está em 1º lugar e for feliz na apresentação de boas propostas para aqueles que vão decidir o futuro de uma cidade, com certeza, quando conferirem os votos na urna eletrônica, você estará em 1º lugar e estará eleito Prefeito nas cidades onde não terá 2º turno.

Onde tem 2º turno, quem não alcançar - não é 51% não, muita gente faz confusão - para ser eleito no 2º turno tem que ter 50% dos votos e pelo menos um voto a mais, daí ganha a eleição no 2º turno. Mas, quem não ganhar no 1º turno, é mais uma oportunidade de amplo debate no 2º turno.

Temos que ter sempre que a grande estrela numa eleição não é Chitãozinho e Xororó, não é Bruno e Marone, não é um Show da Xuxa, a grande estrela e que decide a eleição, Deputado Romanelli, V. Exa. sempre me falou isso e é verdade, é o povo. É o povo que vai decidir. Numa eleição, estejam atentos, tem políticos que vão à favela e pegam o eleitor desdentado, tem o dedão fora do sapato e tentam mentir para ele: “Olha o nosso candidato aí está em 1º lugar.” Sim, senhor! Ele sai! Daí diz: “Enganei um trouxa na favela. O cara não tem nem dente na boca, não tem nem sapato, ele acreditou que o meu candidato está em 1º lugar e vai ganhar a eleição.” Quando ele vira às costas, o favelado dá uma risada: “Pensa que me tapeou”. Ninguém tapeia!

Eleição é interessante, parece que todos os eleitores, do intelectual até o quase analfabeto, eles têm um ímã, eles percebem com clareza quem vai ganhar a eleição. Se chegar em Maringá e pegar um candidato fraquíssimo na pesquisa, e for lá no cidadão que não tem nem dente na boca e mentir para ele, ele vai fazer de conta que acreditou. Mas ninguém tapeia. Olha, a sabedoria do povo para acompanhar quem é que está forte, quem é que tem chance de vencer uma eleição, é coisa fantástica, a sabedoria vai do intelectual ao quase analfabeto.

Então, é pegando uma carona hoje com o nosso grande companheiro, amigo e Deputado Edgar Bueno, que veio aqui e leu as pesquisas que ele está em 1º lugar para Prefeito de Cascavel, quero deixar essas palavras: estar em 1º lugar no coração do povo, que coisa maravilhosa! Só Deus para retribuir esse gesto, esse apoio, esse carinho do povo para com todos nós candidatos.

Mas, que acima de tudo não fique mascarado, não fique de salto alto, porque já vi na minha vida muitos candidatos que estavam em 1º lugar, foram dar de bacana, caíram do cavalo e voltaram para casa derrotados. A humildade é a melhor receita para que você, candidato, seja o grande vencedor nas urnas no dia 5 de outubro.

#### O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Não havendo orador inscrito no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Liderança do PDT, PMDB, Bloco PPS/PMN, Bloco PTB/PR, Bloco PSB/PRB/PV, Democratas, PT, PSDB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

**(Todos declinaram)**

#### ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de número legal.

***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

***Redação Final*****ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 165/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que institui o Dia Estadual do Escoteiro, como sendo a data de 23 de abril. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Anexo Projeto de Lei nº 166/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior). **Aprovada (Publ. no DA nº 036/08, de 22/04/08, em Projetos de Lei).**

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 261/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação da Lei nº 14900, de 21/11/05, que declara de utilidade pública a Associação de Obesos de Maringá conforme específica. **Aprovada (Publ. no DA nº 065/08, de 10/06/08, em Projetos de Lei).**

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 267/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a AMC - Associação Mirim de Curiúva, com sede e foro na comarca de Curiúva/PR. **Aprovada (Publ. no DA nº 068/08, de 16/06/08, em Projetos de Lei).**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 238/08, de autoria do Tribunal de Justiça Ofício nº 328/08, que dispõe sobre o reajuste dos proventos de aposentadoria e dos benefícios de pensão do Poder Judiciário, abrangendo o período desde a data de concessão do benefício até 30/04/08, na forma que específica. **Aprovada (Publ. no DA nº 059/08, de 28/05/08, em Ofícios).**

***3ª Discussão*****ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 691/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dá nova redação à Lei nº 14087, de 11/09/03, que institui o Programa Luz Fraterna. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada. Projeto - Aprovado.**

***2ª Discussão*****ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 778/07, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Hylo Francisco Bresolin. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 856/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos Correios com Banco Postal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CS.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1789, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, com apoio do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões o Projeto de Lei nº 856/07.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, a razão desse requerimento já em comum com o Deputado autor do projeto, Deputado Tadeu Veneri. Nada temos contra a instalação das portas giratórias, até porque entendemos que, de fato, elas ampliarão a segurança nas agências dos Correios, tão pleiteadas pelos profissionais da área.

Mas, depois da Audiência Pública, Sr. Presidente, Audiência esta que veio a enriquecer ainda mais a proposição do nobre Deputado, chegamos também à conclusão que, de fato e de verdade, existem agências que, fisicamente falando, não comportam a porta giratória, a porta de segurança, por não deterem o espaço suficiente para as mesmas.

Então, me prontifiquei a colocar algumas emendas para que adequasses nestes casos especiais e, então, a proposição do nobre Deputado pudesse prosperar.

Como não houve tempo hábil para apensar as nossas emendas, entrei em acordo com o Deputado Tadeu Veneri para um prazo maior e assim que estivermos de posse destas emendas, então estaremos apensando, oferecendo estas emendas para ainda ampliar mais e legitimar mais esta proposição.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que institui o Programa de Recuperação de Créditos PRC, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, 03 (três) subemendas de Plenário, nos seguintes termos:

**SUBEMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 023/08**

O inciso II, do parágrafo 6º, do artigo 8º do Substitutivo Geral apresentado ao Projeto de Lei nº 023/08, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º...

§ 6º...

II - escritura pública de cessão de direitos, certidão expedida pelo juízo competente na qual deverá constar que o protocolo encontra-se pendente de pagamento, a titularidade do cedente e o montante cedido em relação ao montante total incontroverso de sua titularidade, caso o precatório que se pretenda compensar seja referente à créditos adquiridos de terceiros.”

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) LUIZ MALUCELLI

Apoioamento:

Miltinho Pupio, Dobrandino da Silva, Alexandre Curi e Cida Borghetti.

**SUBEMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02, AO SUBSTITUTIVO GERAL**

Fica suprimido o artigo 16 do Substitutivo Geral apresentado ao Projeto de Lei nº 023/08.

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) LUIZ MALUCELLI

Apoioamento:

Miltinho Pupio, Dobrandino da Silva, Alexandre Curi e Cida Borghetti.

**SUBEMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03, AO SUBSTITUTIVO GERAL**

A presente subemenda modificativa à Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 023/08, tem por objetivo alterar a redação do parágrafo 2º do artigo 5º, conforme segue:

“Art. 5º...

§ 1º...

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, os honorários advocatícios serão devidos no percentual de até 4% (quatro por cento), calculados sobre o saldo devedor consolidado, e deverão ser parcelados no mesmo número de parcelas concedidas para o pagamento dos débitos de que trata esta lei.”

Sala das Sessões, em 02/07/08.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel, Durval Amaral, Luiz Malucelli, Elio Rusch e Osmar Bertoldi.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda modificativa tem por objetivo preservar o crédito estadual e sua cura até que seja integralmente liquidado, porque se o devedor dispuser de recursos no momento em que for repactuar seu débito, estes recursos deverão ser direcionados para a amortização do débito para com erário e não na antecipação do pagamento da verba honorária.

O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para apreciação das emendas.

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a exigência do conhecimento sobre história, geografia e atualidade, nas disciplinas de história e geografia do estado do Paraná no processo seletivo para ingresso nas instituições de ensino superior do estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão**

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública estadual, o Centro de Educação Infantil Dr. Jorge Dib Abussafi, com sede e foro na cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 072/08 de 23/06/08, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 276/08**

**P A R E C E R :**

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Enio Verri, altera a Lei nº 12590/99, a qual declarou de utilidade pública a Creche Semente da Paz - Associação dos Amigos da Criança, com sede e foro na cidade de Londrina/PR.

**Fundamentação**

O presente projeto de lei pretende declarar de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Dr. Jorge Dib Abussafi, com sede e foro na cidade de Londrina/PR.

A Lei Estadual nº 12590-/99 declarou de utilidade pública a Creche Semente da Paz - Associação dos Amigos da Criança, com sede e foro na cidade de Londrina. No entanto, houve alteração do respectivo Estatuto Social sendo que a Associação passou a denominar-se Centro de Educação Infantil Dr. Jorge Dib Abussafi.

Nesta condição, em razão da alteração da denominação da Associação, sugere-se a Emenda Substitutiva Geral em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

No tocante à legalidade e constitucionalidade do presente projeto, chamada esta comissão a se manifestar a respeito, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, diante da legalidade aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto na forma da Emenda Substitutiva Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 276/08**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Substitutiva Geral, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 12590 de 08/06/99, que declarou de utilidade pública a Creche Semente da Paz - Associação dos Amigos da Criança, com sede e foro na cidade de Londrina, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Dr. Jorge Dib Abussafi - CEI, com sede e foro na cidade de Londrina, estado do Paraná.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública estadual, a Associação dos Amigos da Banda Joubert de Carvalho, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/08 de 24/06/08, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 284/08**

#### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação Amigos da Banda Musical Joubert de Carvalho, com sede e foro no município de Maringá.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a denominação correta da Associação que se pretende declarar de utilidade pública é Associação Amigos da Banda Musical Joubert de Carvalho, consoante o respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 284/08**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para constar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos da Banda Musical Joubert de Carvalho, com sede e foro no município de Maringá, estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 778/07, 131/08 e da Proposição nº 021/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 276 e 284/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 705/07; 221, 269 e 272/08.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:****Diretoria Geral****Portarias****PORTARIA Nº 130/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4737, datado de 03/06/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ANTONIO MARCOS PIZZANO, matrícula nº 40200, portador do RG nº 703.277-3/PR e do CPF nº 149.988.669-15, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 04/04/81, ocupante do cargo de Almoxarife, nível NTC-04, lotado na Coordenadoria de Almoxarifado, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 04/04/81 e 04/04/86, nos termos do artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 132/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

conceder, as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Junho/08.

40087 - Noemi Froes dos Santos  
40108 - João Leal de Mattos  
40133 - Sandra T. M. M. Borges de Macedo  
40171 - Candido Berthier Fortes Neto  
40198 - Murilo Sergio Joaquim  
40215 - Marion Varassim de Lara  
40224 - Douglas Conrado Schmidt  
40242 - Eroni Aparecida Custodio  
40328 - Maria Odilia Ribeiro dos Santos  
40474 - Lucena Correia Brunetti  
40480 - Ligia Marcia Vidal Cassou  
40503 - Isabel Stein Miguel  
40540 - Cleia Lucia Pereira Carazzai  
40551 - Rachel Touma Sawaya Bolduan  
40579 - Antonio Alves da Costa  
40622 - Lidia Spezia Cattell  
40693 - Maria Soares da Silva Porto

40698 - Gelsom Jaques Breda  
40750 - Ireni Alves de Lima  
40896 - Romi Helena Moraes  
40918 - Marcio Antonio do Nascimento  
40945 - Ari Drehmer  
41058 - Rogerio Augusto C. Scheibe  
Gabinete da Diretoria Geral, em 01/06/08.  
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 133/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5050, datado de 10/06/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de PAULO CEZAR DOS SANTOS, matrícula nº 40897, portador do RG nº 1.839.031/PR e do CPF nº 033.428.539-99, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/07/89, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-11, lotado no Gabinete do Deputado Cleiton Kielse, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 134/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4860, datado de 05/06/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de CARLOS HUMBERTO IONGBLOD, matrícula nº 40531, portador do RG nº 1904652-4/PR e do CPF 320.685.659-00, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 02/06/86, ocupante do cargo de Segurança, nível NBA-06, lotado na Coordenadoria de Segurança, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral



## PORTARIA Nº 135/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4571, datado de 28/05/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

1. Revogar a Portaria nº 143/95, por ser indevida.
2. Mandar anotar, em favor de EONEZIA VARELA CARDOSO, matrícula nº 40351, portadora do RG nº 3.927.723-9/PR e do CPF nº 319.366.449-91, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/03/84, ocupante do cargo de Agente Administrativo nível, A-61 (servente), 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/92 e 22/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, 27/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 136/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5575, datado de 19/06/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar o Sr. PAULO CESAR FIATES FURIATI, funcionário do Quadro Efetivo deste Poder, a licenciar de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízo de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a Legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, 30/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 137/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5566, datado de 20/06/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar contar em favor de NORMA DAL BIANCO DE ANDRADE, matrícula nº 40671, portadora do RG nº 319.947-9/PR e do CPF nº 008.458.419-04, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/08/85, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-06, o tempo total de 08 anos, 02 meses e 25 dias, para todos os efeitos legais, já descontado o tempo em paralelo, nos termos do parágrafo 9º, artigo 35, da Constituição Estadual e artigo 129 da Lei

Estadual nº 6174/70, relativo a 286 dias de 1960, 365 dias de 1961, 365 dias de 1963, 366 dias de 1964, 059 dias de 1965, 153 dias de 1967, 316 dias de 1973 e 365 dias de 1974, conforme certidões de Tempo de Contribuição nº 5254/08 e 5245/08, em anexo, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Gabinete da Diretoria Geral, 30/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 138/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5710, datado de 25/06/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, IZABEL CONCEIÇÃO SOUZA DE OLIVEIRA CRISTO, matrícula nº 1-611, de 07 (sete) dias, a partir de 24/06/08 com término em 30/06/08, CID. 10 N92.4.

Gabinete da Diretoria Geral, 30/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 139/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5592, datado de 23/06/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar anotar na ficha funcional de MARLI DE BAS-TOS STALCHMIDT, matrícula nº 40241, portadora do RG nº 1.845.340/PR e do CPF nº 470.502.769-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 17/08/83, ocupante do cargo de Telefonista, nível NBA-03, lotada na AEXPPAR, os tempos constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a:

1. AGOTTANC e Cia., por 02 (dois) anos, 07 (sete) meses e 29 (vinte e nove) dias, período de 02/01/65 a 31/08/67, contados para efeito de aposentadoria, conforme dispõe o parágrafo 9º do artigo 201 da Constituição Federal;
2. Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná, por 09 (nove) meses e 29 (vinte e nove) dias, período de 02/05/81 a 28/02/82, constados para todos os efeitos legais;
3. Secretaria de Estado da Segurança Pública, por 01 (um) ano e 02 (dois) dias, período de 16/08/82 a 17/08/83, também contados para todos os efeitos legais, nos termos do artigo 129, inciso I, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, 01/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA N° 140/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 5581, datado de 20/06/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

1. revogar a Portaria n° 049/02;
2. mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de MARLI DE BASTOS STALCHMIDT, matrícula n° 40241, portadora do RG 1.845.340/PR e do CPF 470.502.769-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 17/08/83, ocupante do cargo de Telefonista, nível NBA-03, lotada na AEXPPAR, os tempos de:
  1. 06 (seis) meses por não haver se afastado do exercício de suas funções pelo quinquênio compreendido entre 17/08/83 e 17/08/88;
  2. 06 (seis) meses por não haver se afastado do exercício de suas funções pelo quinquênio compreendido entre 17/08/88 e 17/02/93;
  3. e mais 06 (seis) meses por não haver se afastado do exercício de suas funções pelo quinquênio compreendido entre 17/02/93 e 17/08/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3°, do artigo 3°, da Emenda Constitucional n° 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA N° 141/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 4964, datado de 09/06/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar o Sr. HECTOR VINÍCIUS WAGNER, funcionário do Quadro Efetivo deste Poder, a licenciar de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízos de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA N° 142/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 4973, datado de 09/06/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar a Sra. NOEMI FROES DOS SANTOS, funcionária do Quadro Efetivo deste Poder, a licenciar de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízos de seus ven-

cimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA N° 143/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 4822, datado de 04/06/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar o Sr. DORIVAL CAETANI, funcionário do Quadro Efetivo deste Poder, a licenciar de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízos de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA N° 144/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 5671, datado de 24/06/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar o Sr. VILMAR FRANCISCO BUBNIAK, funcionário do Quadro Efetivo deste Poder, a licenciar de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízos de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA N° 147/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 4861, datado de 04/06/08, deste Poder,

## R E S O L V E :

autorizar o Sr. WALTER KRAFT, funcionário do Quadro Efetivo deste Poder, a licenciar de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízos de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA N° 148/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob n° 4871, datado de 05/06/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar a Sra. GERALDINE CECÍLIA CARTÁRIO RIBEIRO, funcionária do Quadro Efetivo deste Poder, a licenciar de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízos de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA N° 150/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 5870, datado de 30/06/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar o Sr. JOSIEL ANTONIO SPERANCETE, funcionário do Quadro Efetivo deste Poder, a licenciar de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízos de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA N° 151/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 5869, datado de 30/06/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar o Sr. CARLOS ROBERTO TAVERNA DA FONSECA, funcionário do Quadro Efetivo deste Poder, a

licenciar de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízos de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA N° 152/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 5878, datado de 30/06/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, IZABEL CONCEIÇÃO SOUZA DE OLIVEIRA CRISTO, matrícula n° 1-611, de 07 (sete) dias, a partir de 01/07/08 com término em 07/07/08, CID. 10 F 32.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA N° 153/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 5877, datado de 30/06/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LENITA SILVA BARROSO, matrícula n° 40.402, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 02/06/08 com término em 26/11/08, CID. 10 F 31.6.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

